



FAPEG
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA
DO ESTADO DE GOIÁS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

IVNA OLIMPIO LAURIA

**DISTRITOS EMPRESARIAIS COMO AGENTES DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM AREAS PÚBLICAS DE
APARECIDA DE GOIÂNIA -GO**

GOIÂNIA
2014



FAPEG
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA
DO ESTADO DE GOIÁS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

IVNA OLIMPIO LAURIA

**DISTRITOS EMPRESARIAIS COMO AGENTES DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM AREAS PÚBLICAS DE
APARECIDA DE GOIÂNIA -GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial

Orientador: Prof. Dr. Aristides Moyses

GOIÂNIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

Lauria, Ivna Olimpio.

L384d Distritos empresariais como agentes de desenvolvimento regional em áreas públicas de Aparecida de Goiânia -GO [manuscrito] / Ivna Olimpio Lauria. – 2014.
97 f. : il. ; grafs. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Territorial, 2014.

“Orientador: Prof. Dr. Aristides Moysés”.

1. Distritos Industriais. 2. Planejamento regional. I. Título.

CDU 332(043)

**DISTRITOS EMPRESARIAIS COMO AGENTES DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM AREAS PÚBLICAS DE
APARECIDA DE GOIÂNIA –GO**

Goiânia, ____ de _____ de 2014.

Banca examinadora

Orientador: Prof. Dr. Aristides Moyses
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Prof. Dr. Jefferson de Castro Vieira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Prof. Dr. Fernando Cezar Macedo
IE/Unicamp

DEDICATÓRIA

Ao meu avô Carlos Lauria Filho, mesmo em outra dimensão ainda norteia meus caminhos e fortalece meus princípios.

A todas as mulheres que enfrentam a cada dia uma grande batalha para vencer na vida conjugal, pessoal, profissional e acadêmica e ainda conciliar tudo isso.

A Deus, sempre e por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço meu esposo Cleber pelo companheirismo e aos meus filhos Ana Júlia, Ana Luísa e Matheus por serem a razão do meu viver e do meu “querer crescer” sempre.

Agradeço à minha mãe Dirce Maria por ser a mulher que é e por cuidar de meus filhos com o mesmo amor que eu, quando o estudo me consumia.

Agradeço ao meu pai José Olimpio pelo carinho, pela postura, ensinamentos e pela leitura cuidadosa e atenta deste trabalho e minha vó Dirce pelo exemplo de vida, pelo apoio e incentivo durante o mestrado.

Agradeço aos professores e colegas pelos anos maravilhosos que pude partilhar e aprender com as discussões sempre proveitosas e momentos de descontração sempre prazerosos.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Aristides Moysés que desde o início foi meu apoiador. Pela sua atenção, confiança e por toda a orientação recebida para desenvolver este projeto. Muito Obrigado !

Agradeço ao Prof. Dr. José Clecildo Barreto Bezerra e a amiga Valdete Medrado, por todo o apoio e incentivo para ir em frente e vencer os desafios.

Aos professores e às professoras do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial com quem tive a honra de estudar, discutir e aprender.

Aos professores Antônio Pasqualetto e Fernando Cesar de Macedo, componentes da banca de qualificação, pelas sugestões dadas no Exame de Qualificação que possibilitaram uma melhor composição do meu trabalho.

A Luiza, da Secretaria do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Territorial, pelo respeito e boa vontade com que sempre me tratou.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG, pela bolsa concedida durante 24 meses para o curso de mestrado, sem o qual seria impossível a realização desta pós-graduação, já que esta bolsa ampara profissionais graduados que precisam manter seu vínculo empregatício.

Aos colegas da Prefeitura de Aparecida de Goiânia por apoiar, incentivar e entenderem minhas angústias, em especial à Secretaria de Indústria e Comércio e Secretaria de Governo.

Obrigado à Queila Menezes e ao Ricardo Rabahi que justificavam minhas ausências por compreender que a minha pesquisa era importante para Aparecida de Goiânia e por me incentivarem e apoiar nos momentos atribulados.

Ao Secretario de Indústria e Comércio de Aparecida de Goiânia, Marcos Bernardo por permitir que iniciasse e frequentasse as aulas de mestrado, mesmo

quando a carga horária ficava pesada e pela clareza e disposição na busca e compartilhamento de informações.

Ao Secretario de Governo de Aparecida de Goiânia, Euler Moraes por servir de exemplo de vida, de profissional e por apoiar a continuidade destes estudos.

A minha amiga Karime Chaibue, por todo seu amor, pelo apoio e a amizade sincera. Nossas vitórias são comemoradas mutuamente.

À toda minha família, mãe, pai, filhos, vó, irmã, irmãos, cunhadas, sobrinhos, esposo, sogros, tios, tias, primos e amigos pelo apoio e amor incondicional. Esta conquista é nossa.

Resumo

Buscando encontrar alternativas para o desenvolvimento dos municípios, a criação de distritos industriais tem sido uma opção acertada. O principal objetivo deste trabalho é verificar se o distrito estabelecido em área pública, que têm sua área cedida sem ônus, pode alavancar o desenvolvimento do município gerando emprego, arrecadação e desenvolvimento local. Para isso analisou-se o impacto na empresa ao instalar seu negócio em um município que ofereça espaço, mão de obra e boa logística. Num primeiro momento, discutiram-se distritos industriais com fulcro nas teorias clássicas de localização industrial e de desenvolvimento regional. Em um segundo momento buscou-se dados referentes aos setores industrial, de serviços e agropecuário, populacional, PIB e outros, referente à Região Centro Oeste, ao estado de Goiás e dos Municípios, utilizando recursos disponíveis no IBGE, IPEA, Instituto Mauro Borges-IMB e SEPLAN-GO e outros. A aplicação do questionário, definido como o terceiro momento da pesquisa, foi realizada com empresas localizadas nos 03 (três) principais distritos municipais do Município de Aparecida de Goiânia. Deste modo, constatou-se que a Região Centro Oeste tem se destacado no percentual geral de desenvolvimento em relação às outras regiões devido uma expansão econômica que iniciou do século XX, cresceu com a construção de Brasília e é mantida pelo crescimento do PIB dos estados de Mato Grosso e Goiás. Quanto ao município de Aparecida de Goiânia, estudo de caso do presente trabalho, verificou-se que o município cresceu e desenvolveu-se alcançando bons índices de empregabilidade e arrecadação, principalmente nos anos de criação e expansão dos distritos. Por outro lado as empresas sofreram por muitos anos com a falta de infraestrutura e a questão fundiária das áreas cedidas ainda significa uma grande desvantagem e se contrapõe ao principal atrativo do município: a localização em região metropolitana e logística privilegiada. Ainda que o município apresente um crescimento em seus números, a evolução poderia ser maior, com planejamento, investimentos e melhor interação do setor público e privado.

Palavras Chaves: distritos industriais, áreas públicas, desenvolvimento, regularização fundiária.

Abstract

Seeking to find alternatives for the development of municipalities, the creation of industrial districts has been a wise option. The main objective of this work is to verify if the district established in the public area, which have their assigned area without charge, can leverage the development of the municipality generating employment, tax revenues and local development. For this we analyzed the impact on the company to install your business in a city that offers space, manpower and good logistics. At first it was discussed with industrial districts fulcrum in the classical theories of industrial location and regional development. In a second moment seek data referring to the industrial, services and agricultural , population , GDP and others, relating to the Centro Oeste, the state of Goiás and municipalities, using resources available at IBGE , IPEA , Institute Mauro Borges and SEPLAN -GO and others. The questionnaire, defined as the third moment of the research, was carried out with companies located in 03 (three) main municipal districts of the city of Aparecida de Goiânia. Thus , it was found that the Centro Oeste has excelled in the overall percentage of development compared to other regions due to an economic expansion that began the twentieth century , grew with the construction of Brasilia and is currently maintained by GDP growth of states Mato Grosso and Goiás. As for the city of Aparecida de Goiania, case study of this work, it was found that the county grew and developed achieving good levels of employability and storage, especially in the years of creation and expansion of the districts. On the other hand companies have suffered for many years with the lack of infrastructure and land issues of assigned areas also meant a great disadvantage and are opposed to the main attraction of the city: the location and privileged logistics metropolitan region. Although the municipality submits an increase in their numbers, the evolution could be higher, with planning, investments and better interaction of public and private sector.

Key words: industrial districts, public areas, development, land issues.

Conteúdo

Resumo.....	6
Abstract.....	7
Lista de Figuras	9
Lista de Gráficos.....	10
Lista de Tabelas.....	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - A Origem dos Pólos, Parques e Distritos Industriais.....	17
1. 1 Conceitos Gerais	17
1.2. Surgimento e evolução dos distritos.....	18
CAPÍTULO 2 – Desenvolvimento Regional Brasileiro: o caso do Centro-Oeste ...	27
2.1. A presença dos Distritos Industriais no Centro-Oeste.....	32
2.1.1 Mato Grosso do Sul	32
2.1.2 Mato Grosso.....	33
2.1.3 O Estado de Goiás	34
2.1.3.1 Setores Econômicos	39
2.1.3.2 Infraestrutura e Logística.....	42
2.1.3.3 Incentivos Fiscais e Financeiros.....	44
2.1.3.4 O Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília	47
2.1.3.5 Distritos Industriais do Estado.....	50
CAPÍTULO 3 - Estudo de Caso: Desenvolvimento e Distritos Industriais de Aparecida de Goiânia	56
3.1 Pólos, Parques e Distritos	59
3.2 A gestão municipal dos Pólos.....	67
3.3 Da Cessão de Áreas Públicas.....	70
3.4 Da Questão Fundiária.....	71
3.5 Da Infraestrutura.....	72
3.6 Metodologia.....	79
CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXO 1	92
ANEXO 2	95

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa da Região Metropolitana de Goiânia.	35
Figura 2: Mapa dos Pólos Regionais do Estado de Goiás.	48
Figura 3: Mapa de localização do distritos industriais estaduais, administrado pelo GoiasIndustrial;	53
Figura 4: Mapa estatístico Municipal.	56
Figura 5: Mapa de localização geográfica de Aparecida de Goiânia.	57
Figura 6: Mapa do Distrito Industrial Município de Aparecida de Goiânia –DIMAG	62
Figura 7: Mapa do Pólo Empresarial de Goiás.	63
Figura 8: Mapa da Expansão do Pólo Empresarial de Goiás.	64
Figura 9: Mapa do Parque Industrial Vice Presidente José de Alencar.	65
Figura 10: Mapa de Localização dos Pólos Municipais de Aparecida de Goiânia.	66

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Participação no PIB dos Estado da Região Centro Oeste (%).	30
Gráfico 2: Evolução do PIB, da população e do PIB per capita no Brasil e no Centro-Oeste (em valores constantes de 2009).	31
Gráfico 3: Estrutura Setorial da Economia Goiana - 2002 a 2011 - (%)	39
Gráfico 4: A logística do transporte em Goiás	43
Gráfico 5: Crescimento Populacional no Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília.	49
Gráfico 6: Produto Interno Bruto Municipal (Valor adicionado)	59
Gráfico 7: Quantidade de Empresas implantadas nos Distritos.	69
Gráfico 8: Quantidade de Empregos gerados no Município.	76
Gráfico 9: Produto Interno Bruto per capita do Município.	77
Gráfico 10: Projeção de Arrecadação do ICMS.	78

Lista de Tabelas

Tabela 1: Participação das Regiões no PIB do Brasil.	29
Tabela 2: População residente e taxa média geométrica de crescimento anual da Região Metropolitana.	36
Tabela 3: Ranking do Produto Interno Bruto per capita	37
Tabela 4: Ranking do Produto Interno Bruto dos Estados	38
Tabela 5: Participação das Atividades Econômicas no valor adicionado bruto a preço básico do Estado Goiás.	41
Tabela 6: Projetos aprovado com incentivos Produzir, por atividade.	44
Tabela 7: Números do incentivo do GoiásFomento.	45
Tabela 8: Contratações por programa com recursos FCO 2007/2011.	46
Tabela 9: Investimentos BNDES – desembolso de recursos 2007/2011.	47
Tabela 10: Distritos Industriais sob a gestão do GoiásIndustrial.	50
Tabela 11: Ranking do PIB Goiano.	58
Tabela 12: Quantidade de Agências Bancárias.	73

LISTAS DE SIGLAS

Conselho Federal de Economia.....	CONFECON
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.....	FCO
Fundo de Participação dos Municípios	FPM
Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás.....	
.....	FOMENTAR
Imposto Sobre Serviços.....	ISS
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Instituto Mauro Borges	IMB
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.....	IPEA
Produto Interno Bruto	PIB
Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás	PRODUZIR
Programa Goiano de Parques Tecnológicos.....	PGTec
Programa Nacional de Desenvolvimento	PND
Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás.....	SEFAZ
Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia.....	SECTEC
Secretaria Estadual de Planejamento	SEPLAN
Secretaria de Indústria, Comércio, Trabalho e Tecnologia de Aparecida.....	SICTT
Superintendência da Zona Franca de Manaus.....	SUFRAMA
Superintendência para o Desenvolvimento do Centro Oeste.....	SUDECO
Valor Adicionado.....	VA
Valor Adicional Total do Município	Vti
Valor Total Adicionado do Município de Referência.....	VTrf

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito levantar os benefícios ou desvantagens a cerca da criação de distritos industriais.

O reconhecimento da importância da economia local para o desenvolvimento de uma região, promovida pela aglomeração de indústrias, é o tema que será pesquisado nesta dissertação.

A percepção de que os Distritos Industriais são importantes tanto para a questão econômica social quanto para a questão política da região é fundamental para a compreensão de seu alcance no desenvolvimento do município e região.

Independentemente da denominação usada, os Distritos, Pólos, Parque Industriais, Clusters ou Arranjos Produtivos Locais o fato de estarem todos organizados de alguma forma, evidenciam e se destacam no mundo quanto à sua produção e vantagens competitivas, rompendo obstáculos de mercado, aumentando sua produção, inovando tecnologicamente, fortalecendo a economia e agregando valor a produção.

O Brasil procurou na década de 1970 implantar uma política de incentivo a criação de Distritos Industriais, por meio de ações que uniu o Governo Federal e o Estadual na busca de investimentos com base nas potencialidades regionais, alcançando assim alguns casos de sucesso, mas estes incentivos pararam por aí.

Os Parques Tecnológicos, quem têm como objetivo a inovação nas empresas de base tecnológica é que têm despertado interesses e políticas de incentivo à sua criação, inclusive no Estado de Goiás, o Decreto nº 7.371, de 17 de junho de 2011 instituiu o Programa Goiano de Parques Tecnológicos - PGTec. (SIGO, 2013)

Em todo mundo as políticas baseadas em estratégias de criação de pólos e atração de investimentos tem sido discutidas seriamente, e onde estes pólos foram constituídos, principalmente na America Latina, as pesquisas realizadas mostraram resultados positivos, mas ainda, aquém do esperado. (FERREIRA, 2003, p28).

No primeiro capítulo faremos um busca nos conceitos e teorias de criação de distritos, pólos e parques industriais, passando pelo seus surgimentos e evolução, e ainda analisando o papel do governo com suas políticas e benefícios.

No segundo capítulo, abordaremos a temática no âmbito da Região Centro Oeste em um primeiro momento, e do Estado de Goiás, analisando a presença de

distritos, a situação do Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, os setores econômicos, infraestrutura e logística, incentivos fiscais e financeiros entre outros.

No terceiro capítulo analisaremos a situação do Município de Aparecida de Goiânia, cidade da região metropolitana de Goiânia, a criação dos distritos municipais, sua gestão pelo município, a cessão gratuita destas áreas como atração de investimentos, a questão fundiária e a infraestrutura. Será analisada neste capítulo também os resultados da pesquisa de campo realizada.

A relevância da criação de distritos industriais, como causa e o alcance de metas de outras políticas públicas, como efeito, é o que buscamos explicar. As criações dos distritos industriais municipais foram fator de geração de desenvolvimento em Aparecida de Goiânia? A evolução destes distritos municipais refletiu em indicadores como emprego, renda, mão de obra qualificada, agências bancárias e recolhimento de ICMS (divisas) e em outras políticas públicas? O que trouxe a empresa à Aparecida e quais seriam as vantagens e limitações? Segundo Perroux, a redução de desigualdades poderá sobrevir através da criação de pólos industriais próximos a centros urbanos, que irradiariam efeitos capazes de promover seu crescimento (PERROUX, 1995, p. 82).

É possível que se encontre sim, algum desenvolvimento gerado direta e indiretamente, para o Município, pelos distritos municipais. A hipótese é que o fato da área ser cedida gratuitamente, em um primeiro momento seja o grande atrativo para a empresa, e com sua vinda, outras pequenas e médias empresas se instalem no município e gradualmente os outros indicadores de desenvolvimento cresçam acompanhando a conjuntura.

Por outro lado, supõe-se que o fato do município estar localizado em uma região metropolitana com uma posição geográfica privilegiada é o verdadeiro atrativo tendo em vista a quantidade de empresas instaladas também fora dos distritos na última década. Entretanto a falta de estudos, planejamento e de realização da justa desapropriação das áreas seriam os maiores entraves para o desenvolvimento dos distritos. O fato de o município dispor de extensas áreas e não ter instalada nenhuma multinacional dentro dos distritos desperta para a insegurança jurídica trazida pela questão fundiária.

O Município de Aparecida de Goiânia em Goiás, antes tido como cidade dormitório, é o segundo município mais populoso de Goiás, com aproximadamente

500 mil habitantes e vem passando por um momento de transição desde 2008, se consolidando como um dos maiores parques industriais do estado.

O fortalecimento econômico conquistado através da indústria é facilmente explicado, uma vez que responde por 26% do PIB do município.

A vocação industrial de Aparecida surgiu na década de 1990, graças à disposição de espaço para instalações destas empresas e hoje o município conta com mais de 350 empresas funcionando ou em fase de implantação dentro de áreas públicas. (REVISTA HOJE, 2011, p. 28-31)

O principal objetivo deste estudo é analisar o desenvolvimento ocorrido no município a partir da análise de dados e indicadores que quantificam o crescimento do número de empresas nos Distritos Empresariais do município de Aparecida de Goiânia e a geração de emprego e arrecadação.

Os objetivos específicos que esperamos aqui analisar são em primeiro lugar, a concepção teórica de distritos industriais, baseado nos conceitos e no referencial teórico do contexto.

Em segundo lugar é necessário determinar e quantificar os resultados de desenvolvimento do município, ou seja, a evolução dos números desde a criação do primeiro distrito até 2012.

Em terceiro lugar analisar o impacto causado na localidade pelo bom ou mal uso da administração desta política pública, através dos anos e analisando os indicadores diversos como educação, número de agências bancárias e outros.

Com o intuito de esclarecer esses objetivos realizaremos um estudo de campo no Município de Aparecida de Goiânia, o qual possui 4 (quatro) distritos municipais, 1 (um) distrito privado e 1(um) distrito estadual.

Do ponto de vista metodológico, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental visando reconstruir a história do surgimento dos pólos, distritos, aglomerações e clusters.

A pesquisa de campo realizada através da aplicação de um instrumento de pesquisa, com perguntas fechadas foram coletados pessoalmente, aplicado em três distritos empresariais de Aparecida de Goiânia que é o universo escolhido. As empresas foram selecionadas aleatoriamente, e os questionários respondidos pelos responsáveis pela administração da empresas de diversos setores de atividades

A amostra ideal definida corresponde a 20% da população de empresas dos três distritos empresariais: O Pólo Empresarial Goiás possui em sua totalidade 162

empresas; o Parque Industrial Vice Presidente José Alencar, com 100 empresas; e o Distrito Industrial do Município de Aparecida de Goiânia - DIMAG, com 90 empresas. Todos estes distritos estão localizados em área pública e já estão implantados.

O tema foi pesquisado e analisado a partir dos distritos empresariais criados no município de Aparecida de Goiânia. Foram levantadas as Leis, regimentos, decretos, que criaram e que regem estas áreas, além do levantamento de campo realizado através de um instrumento de pesquisa.

CAPÍTULO 1 - A Origem dos Pólos, Parques e Distritos Industriais

1. 1 Conceitos Gerais

O conceito de Distrito Industrial surgiu no século XIX para caracterizar os locais, no entorno de cidades inglesas, em que houvesse concentração de empresas de pequeno e médio porte que se localizassem em torno de grandes indústrias. Essas empresas se interrelacionavam e interagiam nesse espaço geográfico formando aglomerações de grandes, pequenas e médias empresas que produziam bens em larga escala tanto para consumo próprio do país, como para exportação. (MARSHALL, 1982, p. 130)

Do mesmo modo, Lastres e Cassiolato consideram aglomerações territoriais a congruência de agentes políticos, econômicos e sociais, com foco específico em atividades econômicas vinculadas que envolvem a interação e participação de empresas produtoras, fornecedoras, comercializadores, clientes e entidades públicas e privadas que facilitem a formação e capacitação de recursos humanos, a pesquisa e desenvolvimento e políticas, promoção e financiamento. (LASTRES E CASSIOLATO, 2003, p. 7).

PYKE, BECATTINI e SENGENBERGER (1990) seguem a mesma linha de que distrito industrial é um sistema produtivo local, caracterizado por um grande número de empresas que são envolvidas de várias formas e em diversas instâncias, na produção de um mesmo produto. Geralmente os sistemas produtivos locais são compostos por micro e pequenas empresas com capacidade de inovação, adaptação e em condição de atender demandas devido à abundância de mão de obra e empresas correlatas que facilitam a produção.

Mas no município avaliado, estudo de caso do presente trabalho, no início da criação dos pólos nenhum estudo ou pesquisa foi realizada e as áreas foram cedidas aleatoriamente, sem nenhuma estratégia específica e sem vincular as atividades econômicas, além de não haver preocupações com a capacitação e políticas de financiamento.

Portanto, uma das afirmações de Becattini (1994, p. 20), usada isoladamente e extremamente simplista, é a que melhor se encaixa nos distritos de Aparecida: "O distrito industrial é uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de

uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico.", já que o município nunca se preocupou com que as aglomerações fossem congruentes e as atividades correlatas.

Serão discutidas as considerações gerais em um primeiro momento, sempre pesquisando sobre as condições para o surgimento de distritos industriais (criação, desenvolvimento e declínio), a demanda existente, a influência da competitividade e suas vantagens. Produtividade, inovação e o papel do governo e das políticas econômicas também serão pesquisados e discutidos.

1.2. Surgimento e evolução dos distritos.

Marshall (1982) foi o primeiro a destacar as formações de distritos industriais a partir da “concentração de indústrias especializadas em certas localidades”, usando a argumentação de que aglomeração de indústrias traria vantagens às empresas locais abarcadas em atividades correlatas ou similares. O fato de Marshall compreender que estas pequenas empresas e “indústrias aglomeradas” com atividades similares geravam o que é chamado de “economias externas marshallianas”, que são um conjunto de vantagens econômicas que surgiu da divisão do trabalho entre os produtores de um mesmo ramo industrial concentrados numa mesma região geográfica. (MARSHAL, 1982, p.231)

Alfred e Mary Marshall em seu manual econômico de 1879, também escreveram sobre a questão da localização:

"Veremos que, algumas das vantagens da divisão do trabalho só pode ser obtida em grandes fábricas, mas que muitos deles, mais do que à primeira vista parece, pode ser assegurada por pequenas fábricas e oficinas, desde que haja um grande número deles no mesmo comércio. A fabricação de um produto muitas vezes é composto por várias fases distintas, para cada um dos quais um quarto separado na fábrica é dedicada. Mas, se o valor total da mercadoria produzida é muito grande, pode ser rentável para se dedicar pequenas fábricas separadas para cada uma dessas etapas. Se houver muitas fábricas, grandes ou pequenas, todas envolvidas no mesmo processo, indústrias subsidiárias irão crescer para atender as suas necessidades em especial. Mas pequenas fábricas, seja qual for o seu número, será em grande desvantagem em relação ao grande, a menos que muitos deles estão reunidos no mesmo Local." (MARSHAL, MARSHAL, 1879, p. 23)

Das várias teorias existentes, a de François Perroux (1967) é uma das mais estudadas no que se refere ao crescimento espacial, setorial e quanto a manifestação dos pólos de crescimento, ainda que este não seja imprescindível:

O fato rudimentar, mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia. (PERROUX, 1967, p.164)

Da mesma forma ele afirma que,

O crescimento do mercado no espaço, quando resultante da entrada em comunicação de pólos industriais e, mais em geral, de pólos de atividades territorialmente concentrados situa-se nos antípodas dum crescimento igualmente distribuído: opera-se pela concentração de meios em pontos de crescimento no espaço de onde irradiam em seguida feixes de trocas (PERROUX, 1967, p.175).

Para que essa irradiação aconteça, é necessário que haja uma indústria motriz que exerça a dominação das relações com as pequenas empresas de atividades satélites ou subcontratadas. Assim o crescimento do mercado no interior de um país ocorre por concentração econômica em pontos de crescimento que irradiam fluxos de bens e serviços em todo território nacional. (PERROUX, 1977, p.155)

O lucro gerado pela indústria motriz reflete no seu volume de produção e de compra de serviços, e no de outras empresas que estão ligadas pelo preço e pela tecnologia, o que ele chama de economias externas e relações interfirmas:

O aparecimento duma ou várias indústrias altera a atmosfera de uma época, cria um clima favorável ao crescimento e ao progresso [...] A novidade introduz variáveis diferentes e (ou) suplementares no horizonte econômico e nos projetos dos sujeitos econômicos e grupos de sujeitos econômicos dinâmicos: tem um efeito estabilizador. (PERROUX, 1967, p. 170).

A criação e produção de pólos de crescimento são extremamente necessárias para o desempenho da região ou o desempenho local como afirmou Perroux, para a formação de zonas de desenvolvimento: “*A nação do século XX encontra nos pólos de desenvolvimento a sua força e o seu meio vital*” (PERROUX, 1967, p. 204).

Outro teórico da época foi Gunnar Myrdal (1957), que formulou o modelo de causação circular cumulativa, na qual o foco eram as relações constituídas entre espaços desequilibradamente desenvolvidos, que ocasionariam um crescente adensamento das desigualdades do desenvolvimento.

Myrdal (1972) assegura que as forças de mercado pretendem aumentar e não diminuir as desigualdades regionais, ainda que outros estudos e autores afirmassem que com o equilíbrio das economias e através de mecanismos de mercado, as relações se igualariam nos custos e na produtividade de ambos, permitindo que estes países inter-relacionados crescessem em termos de desenvolvimento. (MYRDAL, 1972, p. 48)

Myrdal (1972, p. 50) constatou três situações entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos nos seus níveis de desenvolvimento econômico, como podemos verificar:

- há uma grande quantidade de países muito pobres e uma pequena quantidade de países prósperos;
- os países pobres tem o desenvolvimento lento, estagnado ou em retrocesso enquanto os países prósperos estão sempre em desenvolvimento e crescimento econômico;
- as desigualdades econômicas tem aumentado, na medida em que o mais pobre fica mais pobre e o mais rico cada vez mais rico.

Myrdal garante que no processo de causação circular cumulativo seus efeitos passam a existir a partir de uma mudança social ou econômica primária, que explica e amplia as desigualdades entre países e regiões prósperos e pobres, e, conseqüentemente, seus níveis de desenvolvimento, o que seria mais adequado do que a análise das curvas de demanda e oferta a um preço de equilíbrio apontado pelo mercado.

[...] o [...] poder de atração de um centro econômico se origina principalmente em um fato histórico fortuito, isto é, ter-se iniciado ali com êxito um movimento [...]. Daí por diante, as economias internas e externas sempre crescentes fortificaram e mantiveram seu crescimento contínuo às

expensas de outras localidades e regiões, onde, ao contrário, a estagnação ou a regressão relativa se tornou a norma. (MYRDALL, 1972, p. 52).

Santos (2002a), cita que Myrdal afirmava que o equilíbrio de um espaço econômico não poderia ser alcançado pelos mecanismos do mercado.

[...] existe uma tendência inerente na livre atuação das forças de mercado para criarem assimetrias regionais, e esta tendência é tanto mais acentuada quanto mais pobre é o país; estas duas leis são das mais importantes para entender o desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento no quadro do *laissez-faire*. (MYRDAL, 1957, apud SANTOS, 2002a, p. 190).

Já Hirschman denomina efeitos tenazes, o efeito de que a difusão interindustrial e espacial acontece através das compras e vendas simultâneas e que causa o efeito do crescimento da indústria líder, ou seja, qualquer demanda da indústria motriz, seja ela a demanda ou a oferta produz efeito industrializante da região: “A existência da indústria A contribui para encorajar a instalação da indústria B; esta por seu turno incita o aumento da capacidade de produção de A”. (HIRSCHMAN, 1974, p.138)

Enquanto Myrdal (1972) vê na desigualdade um problema, Hirschman(1974) considera as desigualdades uma necessidade para que o desenvolvimento aconteça, destacando a importância dos desequilíbrios, ou seja, por meio dos desajustes o crescimento econômico seria alcançado. HIRSCHMAN (1958, p.36) afirma que “... as desigualdades internacionais e interregionais de crescimento são condição inevitável e concomitante do próprio processo de crescimento.”

Weber criou um modelo em que os custos de transporte são os mais importantes, já que a localização mais conveniente é decisiva na escolha do local para implantação das indústrias, ou seja, é onde se encontrará o ponto em que os custos em conjunto, de transporte das matérias-primas vindas das suas várias origens e os de colocação do produto final sejam mínimos (WEBER, 1909, apud LOPES, 2006, p. 177-179).

Segundo Lopes (2006) Lösch propõe uma teoria geral da localização com fundamentos econômicos, que não se diferencia muito de outras teorias na questão da localização, uma vez que serão sempre as mesmas forças econômicas a

determinar a organização espacial das atividades existentes. Os fatores mais importantes para Lösch quanto à formação das regiões seriam de ordem econômica como as vantagens da especialização e as economias de escala, seguido então, pelos custos de transporte e a diversificação da produção (LÖSCH, 1940, apud LOPES, 2006, p. 228-229).

Buarque afirma que o que determina a localização dos distritos são fatores básicos como a localização dos insumos, dos materiais de produção; a disponibilidade de mão de obra; terrenos disponíveis, clima, fatores topográficos; distância da fonte de combustível industrial; facilidades de transporte; distância e dimensão do mercado e facilidades de distribuição; disponibilidade de energia, água, telefones, rede de esgotos; condições de vida, segurança jurídica, leis e regulamentos, incentivos; e, estrutura tributária. (BUARQUE, 1984, p 42).

De acordo com MELO e CASAROTTO (2000, p. 58), os Distritos Industriais surgem a partir do momento em que indústrias de grande porte são implantadas e geograficamente concentradas e especializadas em alguma atividade, surgem aglomerações de empresas de pequeno e de médio porte, agregando valor ao produto.

PORTER (2002) afirma que, algumas condições são necessárias para o surgimento e a criação de um Distrito Industrial, destacando pontos importantes como tais: fatores produtivos presentes ou adquiridos em outras regiões; pela implementação de políticas de desenvolvimento com base nas potencialidades e vocações; pela ação de uma ou mais empresas motrizes; função da infraestrutura existente; disponibilidade de comunicação; pela disponibilidade de água e energia elétrica; de unidades educacionais de ensino; de implementos na área de saúde e habitação; de acessos ferroviários, rodoviários e portuários; pela disponibilidade de área necessária para sua implantação e expansão; matérias-primas disponíveis e abundantes; mão-de-obra e mercado (PORTER, 2002, p.231-285).

CASSIOLATO, LASTRES E SZAPIRO (2002) afirmam que, Distritos Industriais exercem influências de basal importância no comércio local incentivando o empreendedorismo, o que justificaria o surgimento da micro e pequenas empresas nestas localidades. (CASSIOLATTO, LASTRES e SZAPIRO 2002, p.32).

No Brasil, durante a década de 1970, o Governo Federal implantou junto aos Governos Estaduais uma política para implantação de Distritos Industriais para atração de novos investimentos identificando áreas com infraestrutura operacional e

logística. A questão da logística foi a mais estudada já naquela época, já que o custo do transporte é um dos que mais pesa no preço final do produto, mas ainda assim, a questão política foi a que mais pesou no desenvolvimento destes distritos graças a descontinuidade de parcerias entre governos.

Sobre o nível de desenvolvimento dos aglomerados latino-americanos ALTENBURG E MEYER-STAMER (1999, P.1698) afirmam: “Os *clusters* na América Latina são heterogêneos e diferentes das ocorrências dos Estados Unidos e da Europa”, ou seja, na América Latina, eles estão em estágios menos adiantados e possuem características peculiares devido às diferenças entre suas economias.

A criação de um distrito industrial deve visar primeiramente o desenvolvimento regional a partir de um estudo de um conjunto econômico, social e político. Na “Terceira Itália”¹ localizada no Norte e Nordeste da Itália as empresas, quase todas de pequeno porte, se aglomeraram e são especializados em produtos conhecidos como marcas da região como é o caso dos sapatos de Marche e da cerâmica da Emilia Romana, que conseguiram firmar seu nome no mercado mundial e devido à competitividade alcançada. (FERREIRA, p. 22).

Influenciado pela vantagem competitiva alcançada pela Itália, Estados Unidos e Japão, que já possuíam aglomerados ou clusters, produzindo em escala, criando marcas, utilizando de uma infraestrutura avançada para a época, inovando e fortalecendo a economia da região, o Brasil na década de 1970 procurou de forma planejada desenvolver uma política de implantação de distritos, buscando atrair investimentos na área de manufatura baseados nas peculiaridades de cada região em busca de gerar emprego, renda, arrecadação e conseqüentemente qualidade de vida da população. (FERREIRA, 2003, p. 11).

Seria necessário fomentar uma política de desenvolvimento industrial para que a empresa localizada nos distritos industriais adicione valor à manufatura de produtos variados, utilizando tecnologias inovadoras, permitindo que empresas de menor porte obtenham ganhos de escala dentro da cadeia produtiva.

¹ O nome “Terceira Itália” surgiu da divisão de regiões pelo seu desempenho econômico, o noroeste tradicionalmente rico era denominado de primeira Itália, mas passava por uma crise profunda. O Sul de pouco progresso era denominado de segunda Itália. E a região do centro e do nordeste, durante as décadas de 1960 e 1970, mostrava-se em crescimento, através de aglomeração de pequenas firmas em um modelo de produtividade que chamou a atenção de estudiosos de todos os tempos. A Terceira Itália engloba as regiões Veneto, Trentino, Friule-Venezia, Giulia, Emilia-Romagna, Toscana, Marche e parte da Lombardia.

Porter (2002), também afirma que a iniciativa pública promova condições básicas para o desenvolvimento das empresas e suas atividades como, por exemplo: área para implantação a custo razoável, legalidade, infraestrutura básica, buscando criar um ambiente favorável para desenvolvimento e atendimento das demandas e que isto está ligado principalmente à geografia econômica e aos custos de transporte. (PORTER, 2002, p.231-285)

No município de Aparecida de Goiânia, nosso estudo de caso, nenhuma destas condições básicas, apontadas por Porter (2002), foi respeitada. A área para a empresa se instalar foi cedida gratuitamente, mas sua legalidade é contestada, já que estas áreas foram desapropriadas e os proprietários não foram indenizados². A infraestrutura básica, na maioria dos casos, só apareceu anos depois da instalação das empresas. Apenas no quesito de localização estratégica é que o município pode “promover” um ambiente favorável ao seu desenvolvimento, e assim mesmo, por que uma rodovia já existe na localidade.

1.3. Papel do Governo

O papel mais relevante do governo, para Porter (2002) é a garantia de que irá manter a estabilidade econômica e política do país, alavancando o desenvolvimento de instituições governamentais de acordo com a conjuntura econômica, bom senso nas políticas micro e macroeconômicas, precaução nas finanças públicas e níveis de inflação aceitáveis. Outra ação do governo é aumentar a disposição microeconômica da economia local, melhorando a eficiência e a qualidade dos insumos básicos das empresas, em especial a mão-de-obra qualificada, infraestrutura física apropriada e conhecimento econômico conciso e aceitável, promovendo e apoiando as instituições que propiciam estes insumos. Insumos estes, sem os quais a economia não prosperará. Uma importante função do governo é a definição das regras gerais além de criação de incentivos que conduzem a concorrência e a competitividade encorajando o crescimento da produtividade, de modo a encorajar o crescimento da produtividade, preconizadas por normas de concorrência justa que agucem a rivalidade, além de um sistema tributário justo e eficiente e leis que assegurem o

² O Município de Aparecida loteou uma extensa área e depois das vendas dos lotes iniciou um processo de desapropriação por interesse público em diversos setores. As desapropriações para a criação dos distritos municipais em Aparecida ocorreram sem que houvesse o seu devido pagamento. Ainda hoje, particulares e imobiliárias, tentam receber judicialmente a indenização pela desapropriação de seus imóveis.

direito dos consumidores e promova a inovação, causando o aumento da produtividade e competitividade. (PORTER, 2002, p.231-285).

A questão política no Brasil, no que diz respeito ao governo local, sempre teve pouca atenção e foi somente nas últimas décadas que o poder local começou a ser tratado com seriedade. Conforme afirma Campos (2009), “A temática, até os anos 80 mereceu pouca atenção dos cientistas sociais brasileiros. Alguns estudiosos questionavam a especificidade do poder local que era visto pela Ciência Política brasileira numa perspectiva negativa.” (CAMPOS, 2009, p. 124)

Campos (2009) ainda fala sobre a promoção da inovação local e importância do envolvimento do poder local e da comunidade para que, o fortalecimento da economia, traga vantagens ao município.

Com a urbanização acelerada e com os problemas de naturezas diversas surgidos nas cidades o poder local passa a merecer maior atenção, inicialmente a reboque de problemas urbanos específicos – administração metropolitana, urbanização da periferia, transporte público, mercado de trabalho, desemprego, habitação etc. A partir daí, a temática adquire maior autonomia, e as muitas e interessantes experiências trazem novas soluções para problemas sociais que envolviam as comunidades locais. De diferentes formas, os municípios tornaram-se responsáveis por iniciativas inovadoras e pela busca de soluções mais abrangentes.(CAMPOS, 2009, p. 124)

Uma abordagem sobre a competitividade dos aglomerados nos planos local e regional é destaque em ALTENBURG, MEYER-STAMER (1999) que afirma que o papel do governo é auxiliar os empreendedores a mudar seu “status” social, se disponibilizando a mudar e aprender, auxiliar na estrutura competitiva da economia, na capacidade para formulação de visões e de estratégias, a memória coletiva e a coesão social; em um nível macroeconômico deverá possibilitar um ambiente econômico e legal e estável, as políticas cambiais, monetárias, orçamentárias, fiscais, de comércio exterior, de proteção ao consumidor e antitruste; e ainda, criar políticas específicas para a criação de vantagens competitivas, tais como as de promoção das exportações, da política regional e de promoção econômica, a política de infraestrutura, a política industrial, a política ambiental, a política de educação e a política tecnológica. (ALTENBURG, MEYER-STAMER, 1999, p. 1701)

A competitividade também tem um papel importante no desenvolvimento destes distritos já que a concorrência e a cooperação caminham junto a partir do momento que as empresas conseguem atender a demanda do mercado em conjunto num montante que só empresas de grande porte conseguiriam atender.

Schmitz & Nadvi (1999, p. 1.504) apresentam um conceito interessante sobre o sucesso dos clusters a partir da “eficiência coletiva” que é definido como “a vantagem competitiva derivada das economias externas e da ação conjunta”, ou seja, eficiência coletiva “passiva” e “ativa”, respectivamente. A eficiência coletiva passiva seria a vantagem que viria ao encontro do produtor, a partir das externalidades advindas da situação de aglomeração, que fosse espontânea. A eficiência coletiva ativa seria a vantagem obtida a partir de uma ação conjunta dos produtores e de esforços dos agentes econômicos. Desta forma, poderia se explicar por que alguns clusters obtiveram mais sucesso que outros, já que os que possuíam a eficiência coletiva ativa conseguiam rebater aos desafios apresentados pelos acontecimentos competitivos globais. (SCHMITZ; NADVI, 1999, p. 1.505; SCHMITZ, 1999, p. 1.630).

CAPÍTULO 2 – Desenvolvimento Regional Brasileiro: o caso do Centro-Oeste

A região Centro Oeste tem vivido um processo de expansão da atividade econômica que se iniciou no século XX, com um notável processo de ocupação e desenvolvimento econômico da Região, e as hipóteses iniciais levantadas por MOYSÉS (2004) são as seguintes:

“[...]o processo de urbanização do Planalto Central, desde 1930 e principalmente a partir de 1970, foi fruto de três macroprocessos: o primeiro, a economia paulista, inicialmente com o café e, em seguida, com a industrialização, cuja a expansão exigiu a incorporação de novas áreas; o segundo, decorrente do primeiro, a abertura de novas áreas de ocupação econômica, tendo a agroindústria como seu vetor; o terceiro, a construção de cidades-capitais no Planalto Central Brasileiro.” (MOYSÉS, 2004, p.53)

Moysés ainda destaca que nestes 30 anos, entre 1933, fundação de Goiânia, nova capital de Goiás e 1961 quando Brasília, capital do país, ficou pronta, o dinamismo da indústria da construção civil repercutiu diretamente em outros setores. (MOYSES, 2004, p. 93)

Uma série de políticas públicas tomou lugar entre as décadas de 1930 e 1960 em busca de sanar o problema dos “espaços vazios”³ do território nacional, somente a “marcha para o oeste” não seria o suficiente, o governo esperava uma efetiva ocupação do Planalto Central, uma maior integração nacional econômica, articulação de meios de transporte para a região e escoamento dos produtos nacionais. (ESTEVAM, 1998, p. 104-105)

Esta estratégia de desenvolvimento para o Centro-Oeste pretendia a consolidação da região como primária exportadora, através das atividades agropastoris e mineradoras, em escala empresarial. Pretendia ainda a definição de áreas com fortes potencialidades, sobretudo agrárias, e o uso da tecnologia na ocupação do espaço regional. Com isso buscavam atrair os excedentes populacionais de outras regiões, através da implementação

³ Hoje compreende-se que não existiam espaços vazios, mas com baixa densidade demográfica, já que as áreas do oeste já eram ocupadas por índios e colonos. A ocupação do Centro-Oeste visava absorver a alta densidade demográfica das áreas rurais mais valorizadas do Sul e Sudeste do país, expandir a cultura do café com a chamada política desenvolvimentista.

de infraestrutura existente e com isso colocar a região como alternativa para a descentralização industrial do país. (HADDAD, 2011, p. 61)

Goiânia, a nova capital, foi articulada para se tornar um centro dinâmico do país, mas foi construída em etapas com o lançamento da pedra fundamental em 1933; em 1935 o governo do estado mudou-se provisoriamente da antiga Vila Boa, Cidade de Goiás para Goiânia; mas somente em 1942 a cidade foi inaugurada, com um crescimento vertiginoso e surpreendente, extrapolando todas as previsões feitas. A população saltou de 10.000 habitantes em 1920 para 48.165 habitantes em 1940. E, entre 1930 e 1943 a malha rodoviária, ainda que de infraestrutura precária, quadruplicou em Goiás. Outro ponto importante foi a alta valorização das terras em torno da nova capital. (ESTEVAM, 1998, p. 112-119)

Em meados da década de 1950, a implantação de Brasília, capital do país, faria uma nova reorganização espacial e socioeconômico do planalto central brasileiro. O Governo Federal articulou todo um aparato administrativo, alianças políticas, projetos de infraestrutura, construção de novas rodovias e geração de energia elétrica, através da construção da hidrelétrica do rio Paranaíba. (ESTEVAM, 1998, p.127-132)

Outro evento a ser destacado na transformação do Centro-Oeste foi o desmembramento do Estado do Mato Grosso em 1979, que ao ser dividido entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tornou a cidade de Campo Grande, capital do novo Estado do Mato Grosso do Sul, consolidando e dando impulso ao centro urbano ali já existente. (MOYSÉS, 2004, p. 63)

Devido a varias correntes migratórias ocorridas no início do século XX até o final da década de 1950, o contingente populacional e as atividades econômicas aumentaram substancialmente, e com a chamada “Marcha para Oeste” atingiu sua maior expressão. As atividades econômicas ampliaram-se significativamente: produção de grãos cresceu de 210 mil para 1,46 milhão de toneladas entre 1920 e 1960 e a criação de gado saltou de 5,85 milhões para 10,75 milhões de cabeças no mesmo período, causando furor e despertando o país para a relevância do Oeste. (CONFECON, 2012, p. 12)

A ocupação populacional, devido ao processo de “espraiamento” da economia paulista pelas margens dos rios Paraná e Paranaíba, saltou no quantitativo da população que foi de 370 mil para 3 milhões de pessoas em menos de seis décadas. Mas foi com a fundação de Brasília em 1960 que a Região Centro Oeste sofreu uma

ocupação vertiginosa, a transferência da capital brasileira funcionou como uma força motriz do processo de interiorização da economia brasileira, incentivando a ocupação das terras do oeste e incentivando a estruturação da malha rodoviária nacional. (CONFECON, 2012, p. 12)

O Centro-Oeste tem apresentado um bom desempenho econômico dentre as macrorregiões brasileiras. Segundo estudo do IBGE (ver Tabela 1) a Região Centro Oeste apresentou maior crescimento entre as regiões do Brasil relativo ao Produto Interno Bruto de 2010 para 2011. O crescimento da participação foi de 9,3% para 9,6% ou seja, 0,3%. A Tabela 1 e o Gráfico 1 permite perceber que a Região Norte obteve apenas 0,1% de crescimento, enquanto a região Nordeste apresentou queda de 0,1%, entretanto, analisando a tabela de 2002 a 2011 percebe-se que ambas regiões vem apresentando um crescimento estável. A região Sudeste que vem apresentando quedas desde 2006, voltou a apresentar um pequeno crescimento em 2010 e manteve este índice em 2011, enquanto a Região Sul vem apresentando quedas em seus números desde 2007, como podemos verificar na Tabela 1. (IMB, 2013)

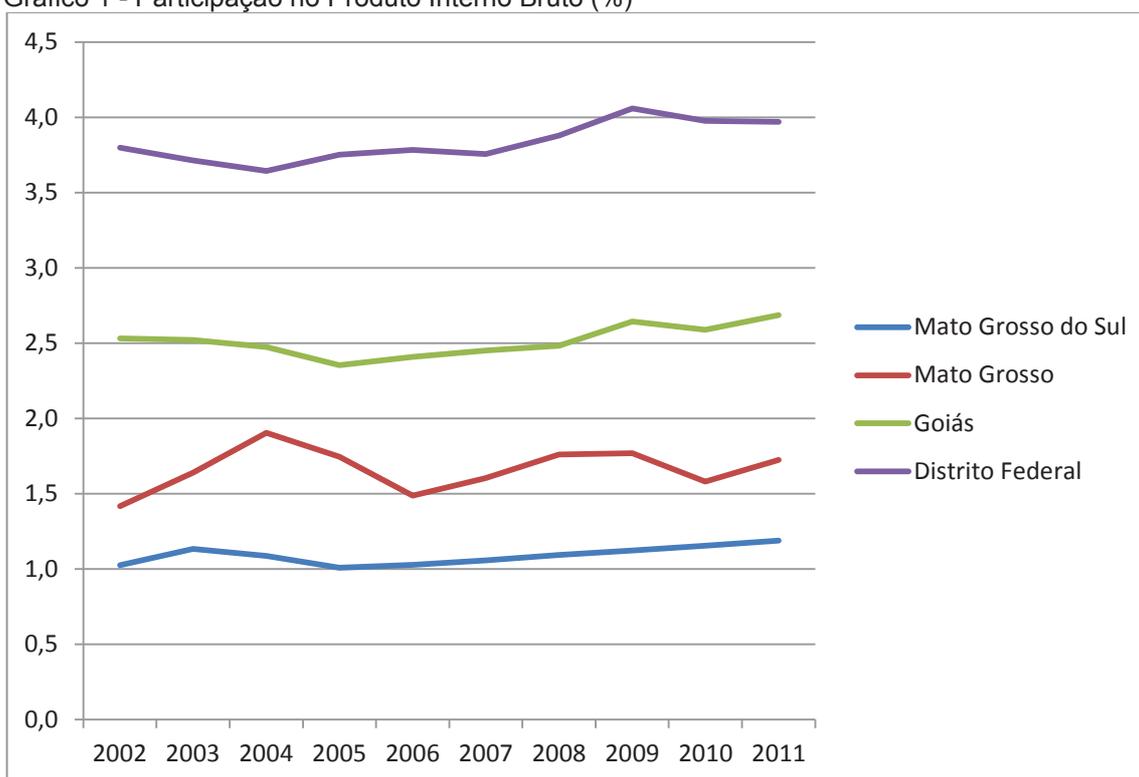
Tabela 1 – Participação das Regiões no Produto Interno Bruto do Brasil-Preço Mercado Corrente (%)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no Produto Interno Bruto (%)									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	5,3	5,4
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5	13,4
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4	55,4
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	16,5	16,2
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,3	9,6
Mato Grosso do Sul	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2
Mato Grosso	1,4	1,6	1,9	1,7	1,5	1,6	1,8	1,8	1,6	1,7
Goiás	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4	2,5	2,5	2,6	2,6	2,7
Distrito Federal	3,8	3,7	3,6	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	4,0	4,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Elaborado pela autora - 2013.

Os Estados do Centro Oeste e Distrito Federal têm conseguido manter certa estabilidade em seu crescimento através dos anos conforme a tabela 1, de participação das regiões no Produto Interno Bruto do Brasil a Preço de Mercado Corrente.

Grafico 1 - Participação no Produto Interno Bruto (%)



Elaborada pela autora. Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA

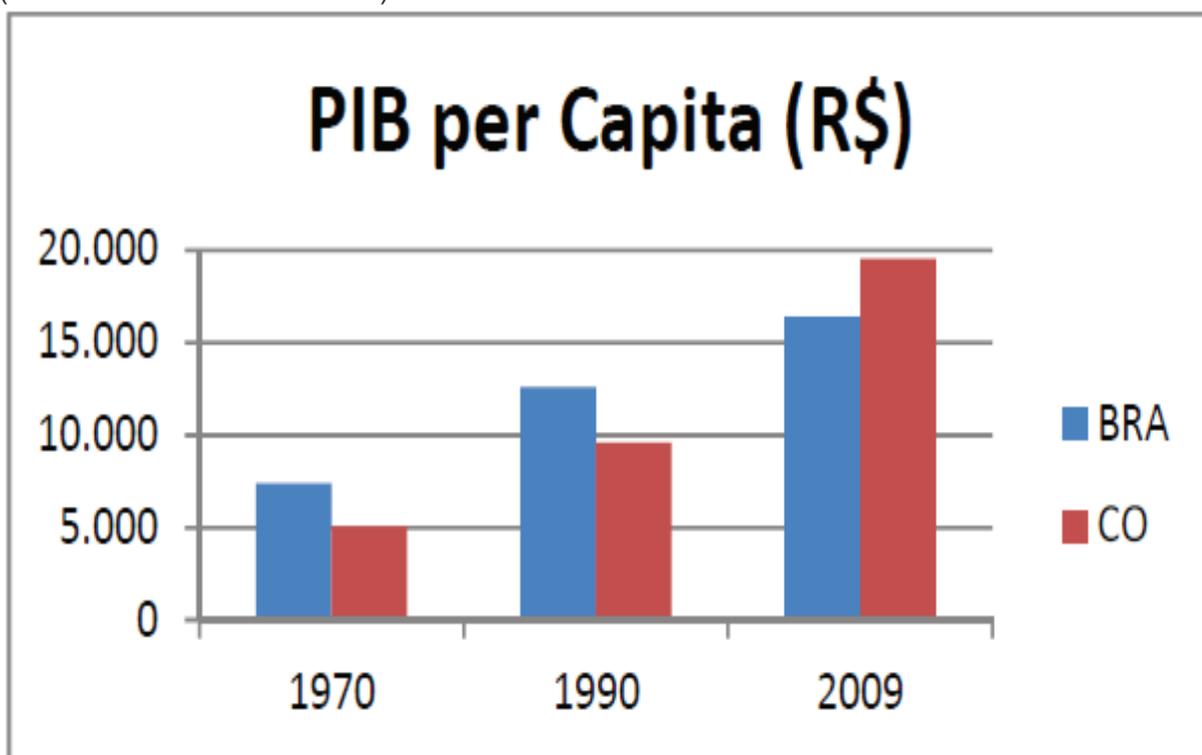
Moreira Neto e Gomes (2000) chegaram a mesma conclusão sobre Região Centro-Oeste vir apresentando um dos melhores perfis de desempenho econômico do país. O crescimento populacional e o fato da base produtiva ter se diversificado desde 1960, são algumas das razões deste bom desempenho econômico. O crescimento ocorrido está no expressivo aumento da sua participação no total do PIB nacional. (MOREIRA NETO, GOMES, 2000, p. 5-8)

O povoamento ocorrido no Centro Oeste teve forte influência da transferência da Capital Federal para o “centro do país”. Em meados da década de 1950, iniciou-

se a construção de Brasília, exatamente no estado do Goiás. (MOREIRA NETO, GOMES, 2000, p. 5-8)

Ainda que o crescimento populacional da região tenha sido relevante o Centro-Oeste conseguiu avançar em termos de PIB per capita, saindo de um valor 30% inferior à média nacional na década de 1970 conforme podemos constatar no gráfico 2, mantendo essa diferença da década de 1990 e em menos de 20 anos superando o PIB em um valor de 20% superior à esta média em 2009.

Gráfico 2: Evolução do PIB, da população e do PIB per capita no Brasil e no Centro-Oeste (em valores constantes de 2009)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA.

Segundo Souza (2009) as tendências do crescimento regional no Brasil intensificaram o processo de integração comercial das diferentes regiões brasileiras:

“ (...) seguiu-se uma movimentação de capitais públicos federais e capitais privados, das regiões mais desenvolvidas do país, para áreas periféricas. Alguma reversão tem sido constatada a partir do anos 1970, observando-se que o crescimento continua surgindo mais intensamente em alguns pólos do interior dessas regiões , como afirmara Perroux, em 1955 ao estabelecer a sua noção de pólo de crescimento.” (SOUZA, 2009, p183-184)

2.1. A presença dos Distritos Industriais no Centro-Oeste

2.1.1 Mato Grosso do Sul

O Estado do Mato Grosso do Sul possui seis concentrações industriais. O Pólo Econômico da Microrregião Central é um dos mais importantes e abrange a aglomeração do Couro de Campo Grande o qual produz matéria-prima suficiente para abastecer os curtumes locais e ainda produzir quantidade suficiente para abastecer o Rio Grande do Sul e São Paulo e a Itália. Uma das iniciativas do Governo do Estado foi a criação do Centro de Tecnologia do Couro, em Campo Grande, em parceria com o sindicato das indústrias de couro de MS, sindicato das Indústrias de Calçados de MS, Delegacia Federal de Agricultura e Universidades. O estado de MS oferece aos empresários incentivos fiscais que asseguram isenção de até 67% do ICMS devido por 10 anos e mais sete anos para empresas que atuem no segmento de produtos acabados de couro e bens de capital. (Figueiredo Neto, Rodrigues, Reinert, 2008, p. 7)

O Distrito Industrial de Campo Grande é outra importante aglomeração e é composto por 200 hectares dotados de infraestrutura: pavimentação, revestimento primário, ramal ferroviário, anel rodoviário, rede de energia elétrica, telefone, escola pública e conjunto habitacional. Em 2005, 22 empresas estavam instaladas no Distrito, onde as indústrias de produtos acabados de couro e bens de capital recebem incentivos do estado de MS que oferece isenção de sete anos e mais postergação de sete para os demais setores da economia. Recentemente, com a finalidade de gerar empregos, e de democratizar o acesso aos benefícios, foram criados mais dois pólos empresariais. O primeiro em uma área de aproximadamente 300 hectares, na BR 262 – saída para Aquidauana, e o segundo com a única finalidade de beneficiar microempresas e empresas de pequeno porte. (COREDES, 2002, p. 3)

A indústria suína no norte do estado é uma grande geradora de empregos, extremamente importante para a manutenção de pequenas e médias propriedades. A indústria do frango na microrregião da Grande Dourados que possui grande destaque graças a empresas como a DOUX Frangosul, Avipal e Seara assumem o papel de empresas motrizes, fornecendo insumos e tecnologia para o Pólo, além de serem coordenadores das cadeias de suprimento. O pólo tem como base as

relações de dominação dessas grandes empresas que produzem efeitos de encadeamento sobre as outras unidades. A piscicultura, também na Grande Dourados, está recebendo importante e inovador incentivo a partir da criação do Centro de Pesquisa do Peixe e da implantação da Câmara Técnica da Piscicultura, aliada a criação da Secretaria Especial do Ministério da Pesca e Aquicultura do Governo Federal. Existem projetos como FCO⁴, que estão disponíveis, mas exigem altas garantias dificultando seu acesso pelos cultivadores. (Figueiredo Neto, Rodrigues, Reinert, 2008, p 8)

O MS ainda tem na exploração da cultura da mandioca uma importante atividade econômica lavoureira do Leste do Estado e, apesar do Centro-Oeste representar apenas 6% do total da produção nacional de raízes de mandioca, esta se destaca devido à produtividade que está acima da média nacional. (Figueiredo Neto, Rodrigues, Reinert, 2008, p 9)

2.1.2 Mato Grosso

O Estado de Mato Grosso possui um importantíssimo distrito industrial, o Distrito Integrado Industrial e Comercial de Cuiabá – DIICC, que tem como objetivo principal instalar empresas em Mato Grosso no intuito de tirar o Mato Grosso da sua histórica função de produtor e exportador de matéria prima in natura, para os estados industrializados do leste e do sul. (SICME, 2014)

O distrito localizado às margens da Rodovia BR-364, a 15 km do centro, com uma área de 695 ha foi implantado em agosto de 1978 e possui um sistema de transporte adequado através da BR-364 que liga a Campo Grande (MS), São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Goiás (GO) e Brasília (DF), e pela BR-163 que liga ao importante Porto de Santarém-PA e pela BR-070 ao Porto de Cáceres (Rio Araguaia), configurando excelente posição estratégica e contando com infraestrutura completa, hoje o Distrito conta com aproximadamente 251 empresas diversas (Implantadas, Em Implantação e Reservas) com aproximadamente 70% em funcionamento, gerando cerca de 4.746 empregos diretos (empresas implantadas), nos mais variados setores, tais como armazenamento de cereais, Beneficiamento de

⁴ O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) é um fundo de crédito criado pela Constituição Federal de 1988 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste.

borracha/indústria de artefatos de borracha, cereais, produtos alimentícios/produtos animais, madeira/fabricação de móveis, forro/depósito de madeira, distribuição e comércio de derivados de petróleo; comércio varejista e atacadista; construção civil, química, gases, entre outros. (SICME, 2014)

O Mato Grosso ainda se destaca quanto a aglomerações de atividades produtivas, que apesar de não organizadas em um complexo industrial, elevam o PIB do Estado. Entre estas atividades produtivas e que são também industrializadas no Estado desde a década de 1990 estão o milho em grão, avicultura, suinocultura e a produção do leite.

2.1.3 O Estado de Goiás

O Estado de Goiás situado na região Centro-Oeste ocupa 340.112 km² de área do território brasileiro e é o sétimo estado em extensão territorial com uma posição geográfica privilegiada. Possui 246 municípios e uma população de 6.154.996 habitantes. Tem como sua capital a cidade de Goiânia, que é também a principal cidade da Região Metropolitana com 20 municípios (IMB, 2013).

ESTADO DE GOIÁS

Regiões de Planejamento

Região Metropolitana de Goiânia



Região Metropolitana de Goiânia

Total: 20 municípios

Abadia de Goiás	Goianira
Aparecida de Goiânia	Guapó
Aragoiânia	Hidrolândia
Bela Vista de Goiás	Inhumas
Bonfinópolis	Nerópolis
Brazabrantas	Nova Veneza
Caldazinha	Santo Antônio de Goiás
Caturai	Senador Canedo
Goianópolis	Terezópolis de Goiás
Goiânia	Trindade

Figura 1: Região Metropolitana de Goiânia
Fonte: Instituto Mauro Borges. 2013

A Região Metropolitana de Goiânia possui, segundo o Censo de 2010, 2.173.141 milhões de habitantes que tem no setor de serviços sua maior empregabilidade, apesar da alta quantidade de indústrias ali instaladas (IBGE, 2012).

Conforme a Tabela 2, pode-se observar que o crescimento populacional da região metropolitana foi substancial, e em duas décadas saltou de pouco mais de 1,3 milhão para mais de 2,1 milhões de pessoas. Outra importante observação é que em 1991, a região metropolitana compreendia 32,66% da população do estado e segundo a estimativa de 2012 compreende hoje 36,20% da população estadual.

Quanto à Aparecida de Goiânia, percebe-se que ainda que a taxa geométrica de crescimento anual tenha caído, a população quase triplicou saindo de 178.483 habitantes em 1991 para 455.657 pelo Censo 2010.

Tabela 2 - População residente e taxa média geométrica de crescimento anual da Região Metropolitana. (1991 a 2012)

Municípios	População residente				Taxa geométrica de crescimento anual (%)			
	1991	2000	2010	2012 (1)	1991/2000	1991/2010	2000/2010	2000/2012
Abadia de Goiás (2)	-	4.971	6.876	7.164	-	-	3,30	3,09
Aparecida de Goiânia	178.483	336.392	455.657	474.219	7,30	5,06	3,08	2,90
Aragoiânia	4.910	6.424	8.365	8.659	3,03	2,84	2,68	2,52
Bela Vista de Goiás	17.316	19.210	24.554	25.361	1,16	1,86	2,48	2,34
Bonfinópolis	3.324	5.353	7.536	7.866	5,44	4,40	3,48	3,26
Brazabrantes	2.334	2.772	3.232	3.302	1,93	1,73	1,55	1,47
Caldazinha (3)	-	2.859	3.325	3.396	-	-	1,52	1,44
Caturai	4.134	4.330	4.686	4.740	0,52	0,66	0,79	0,76
Goianápolis	10.716	10.671	10.695	10.699	-0,05	-0,01	0,02	0,02
Goiânia	922.222	1.093.007	1.302.001	1.333.767	1,91	1,83	1,77	1,67
Goianira	12.896	18.719	34.060	35.617	4,23	5,24	6,17	5,51
Guapó	11.785	13.863	13.976	13.994	1,82	0,90	0,08	0,08
Hidrolândia	10.254	13.086	17.398	18.050	2,75	2,82	2,89	2,72
Inhumas	38.368	43.897	48.246	48.903	1,51	1,21	0,95	0,90
Nerópolis	12.987	18.578	24.210	25.061	4,06	3,33	2,68	2,53
Nova Veneza	5.003	6.414	8.129	8.388	2,80	2,59	2,40	2,26
Santo Antônio de Goiás (3)	-	3.106	4.703	4.945	-	-	4,24	3,95
Senador Canedo	23.905	53.105	84.443	89.176	9,27	6,87	4,75	4,41
Terezópolis de Goiás (3)	-	5.083	6.561	6.785	-	-	2,59	2,44
Trindade	54.072	81.457	104.488	107.966	4,66	3,53	2,52	2,38
TOTAL DA REGIÃO	1.312.709	1.743.297	2.173.141	2.238.058	3,20	2,69	2,23	2,10
TOTAL DO ESTADO	4.018.903	5.003.228	6.003.788	6.154.996	2,46	2,14	1,84	1,74
REGIÃO / ESTADO (%)	32,66	34,84	36,20	36,36	-	-	-	-

Fonte: IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2006.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2013.

(1) Estimativa de 1º de julho. (2) Município instalado em 1º/01/1997. (3) Município instalado em 1993.

No que se refere ao PIB, Goiás representa 2,6% do PIB Nacional sendo assim a nona economia brasileira, com um PIB de mais de 111 bilhões de reais (Tabela 4) e renda per capita de R\$ 16.251,70 que deixa o estado em 12º lugar no ranking brasileiro em PIB per capita (tabela 3). Nos últimos 10 anos, graças ao progresso do agronegócio e do comércio goiano e da diversificação da indústria, Goiás superou a média de crescimento da economia do país que é de 43% ao alcançar um crescimento de 59,1%, segundo dados de 2010. (IBGE, 2012)

Tabela 3: Ranking do Produto Interno Bruto per capita. 2002-2008-2010.

Brasil, Grande Região e Unidade de Federação	2002	2008	2010			
	PIB per capita (R\$)	Ranking	PIB per capita (R\$)	Ranking	PIB per capita (R\$)	Ranking
Brasil	8.378,10	-	15.991,55	-	19.766,33	-
Sudeste	11.140,34	1º	21.182,65	1º	25.987,86	1º
Centro-Oeste	10.565,26	2º	20.398,18	2º	24.952,88	2º
Sul	9.614,67	3º	18.257,34	3º	22.722,62	3º
Norte	5.049,89	4º	10.216,38	4º	12.701,05	4º
Nordeste	3.890,86	5º	7.487,49	5º	9.561,41	5º
Distrito Federal	25.746,57	1º	45.977,56	1º	58.489,46	1º
São Paulo	13.258,84	2º	24.456,84	2º	30.243,17	2º
Rio de Janeiro	11.543,23	3º	21.621,36	3º	25.455,38	3º
Santa Catarina	9.969,47	5º	20.368,53	4º	24.398,42	4º
Rio Grande do Sul	10.056,79	4º	18.377,73	6º	23.606,36	5º
Espírito Santo	8.258,38	7º	20.230,85	5º	23.378,74	6º
Paraná	8.944,80	6º	16.927,32	8º	20.813,98	7º
Mato Grosso	7.928,05	8º	18.049,81	7º	19.644,09	8º
Minas Gerais	6.903,95	12º	14.232,73	9º	17.931,89	9º
Mato Grosso do Sul	7.004,24	11º	14.187,47	10º	17.765,68	10º
Amazonas	7.252,58	9º	14.014,13	11º	17.173,33	11º
Goiás	7.078,40	10º	12.877,88	12º	16.251,70	12º
Rondônia	5.362,64	15º	11.976,57	13º	15.098,13	13º
Roraima	6.513,12	13º	11.844,72	14º	14.051,91	14º
Tocantins	4.576,41	18º	10.222,71	16º	12.461,67	15º
Amapá	6.199,64	14º	11.032,67	15º	12.361,45	16º
Sergipe	5.059,88	16º	9.778,96	18º	11.572,44	17º
Acre	4.707,39	17º	9.896,16	17º	11.567,41	18º
Bahia	4.524,67	19º	8.378,31	19º	11.007,47	19º
Pernambuco	4.327,78	20º	8.064,95	21º	10.821,55	20º
Pará	3.917,96	22º	7.992,71	22º	10.259,20	21º
Rio Grande do Norte	4.234,49	21º	8.202,81	20º	10.207,56	22º
Ceará	3.735,16	23º	7.111,85	23º	9.216,96	23º
Paraíba	3.538,86	24º	6.865,98	24º	8.481,14	24º
Alagoas	3.370,53	25º	6.227,50	25º	7.874,21	25º
Piauí	2.544,34	27º	5.372,40	27º	7.072,80	26º
Maranhão	2.636,93	26º	6.103,52	26º	6.888,60	27º

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. (2013)

Quanto ao ranking do PIB por Estado, Goiás aparece em 9º lugar entre os 27 estados desde 2002, com crescimento estável e PIB de R\$ 111.269 bilhões de reais (Tabela 4).

Tabela 4 - Ranking do Produto Interno Bruto dos Estados.

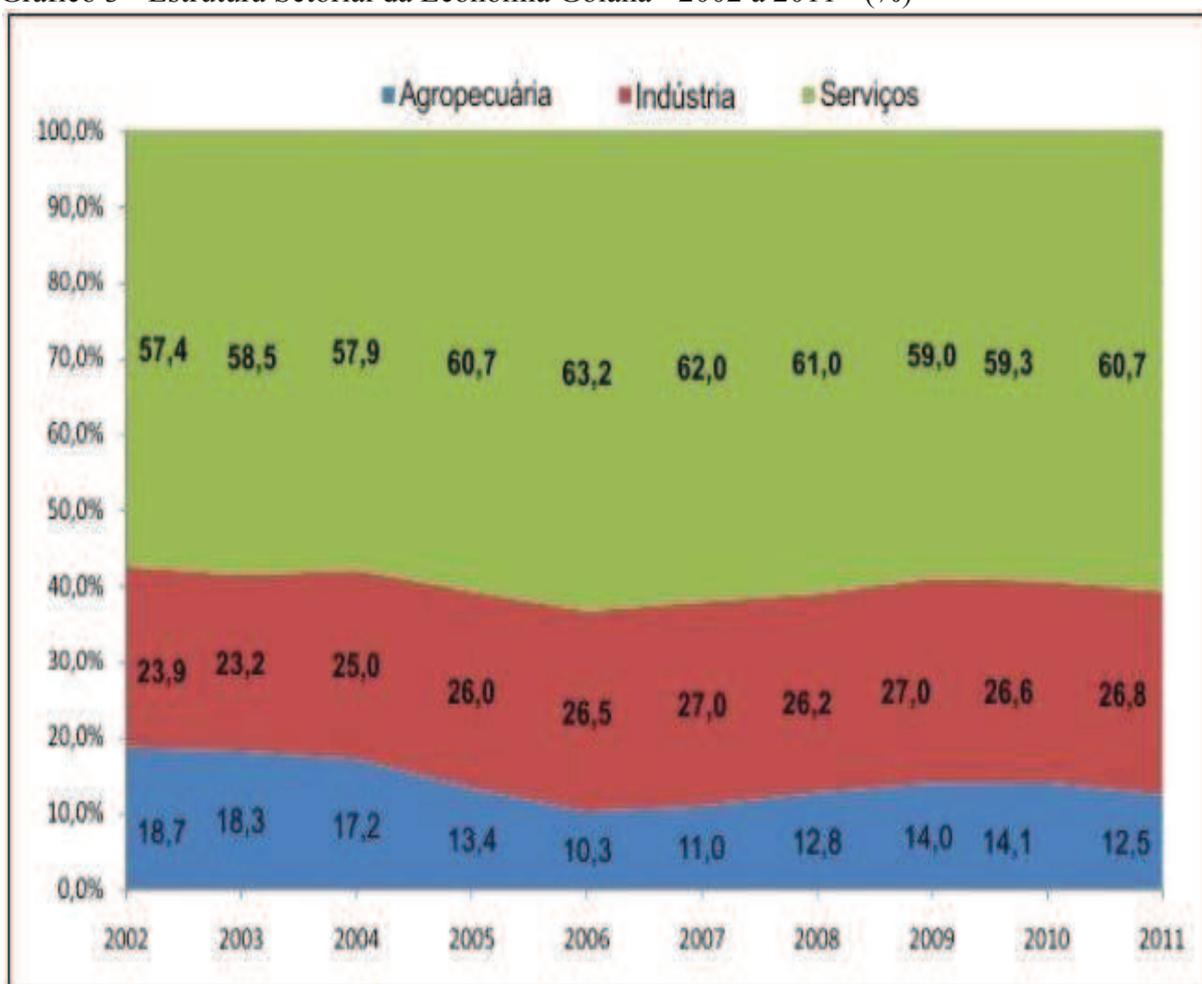
Brasil e Unidades da Federação	2002		2008		2009		2010		2011	
	R\$	Rank								
BRASIL	1 477 822	-	3 032 203	-	3 239 404	-	3 770 085	-	4 143 013	-
Rondônia	7 780	22º	17 888	22º	20 236	21º	23 561	22º	27 839	21º
Acre	2 868	26º	6 730	26º	7 386	26º	8 477	25º	8 794	26º
Amazonas	21 791	14º	46 823	15º	49 614	15º	59 779	14º	64 555	15º
Roraima	2 313	27º	4 889	27º	5 593	27º	6 341	27º	6 951	27º
Pará	25 659	13º	58 519	13º	58 402	13º	77 848	13º	88 371	12º
Amapá	3 292	25º	6 765	25º	7 404	25º	8 266	26º	8 968	25º
Tocantins	5 607	24º	13 090	24º	14 571	24º	17 240	24º	18 059	24º
Maranhão	15 449	16º	38 486	16º	39 855	16º	45 256	16º	52 187	16º
Piauí	7 425	23º	16 760	23º	19 033	23º	22 060	23º	24 607	23º
Ceará	28 896	11º	60 099	12º	65 704	12º	77 865	12º	87 982	13º
Rio Grande do Norte	12 198	19º	25 481	19º	27 905	19º	32 339	18º	36 103	18º
Paraíba	12 434	18º	25 697	18º	28 719	18º	31 947	19º	35 444	19º
Pernambuco	35 251	10º	70 441	10º	78 428	10º	95 187	10º	104 394	10º
Alagoas	9 812	20º	19 477	21º	21 235	20º	24 575	20º	28 540	20º
Sergipe	9 454	21º	19 552	20º	19 767	22º	23 932	21º	26 199	22º
Bahia	60 672	6º	121 507	7º	137 075	6º	154 340	6º	159 869	8º
Minas Gerais	127 782	3º	282 521	3º	287 055	3º	351 381	3º	386 156	3º
Espírito Santo	26 756	12º	69 870	11º	66 763	11º	82 122	11º	97 693	11º
Rio de Janeiro	171 372	2º	343 182	2º	353 878	2º	407 123	2º	462 376	2º
São Paulo	511 736	1º	1 003 015	1º	1 084 353	1º	1 247 596	1º	1 349 465	1º
Paraná	88 407	5º	179 263	5º	189 992	5º	217 290	5º	239 366	5º
Santa Catarina	55 732	8º	123 282	6º	129 806	8º	152 482	7º	169 050	6º
Rio Grande do Sul	105 487	4º	199 494	4º	215 864	4º	252 483	4º	263 633	4º
Mato Grosso do Sul	15 154	17º	33 143	17º	36 368	17º	43 514	17º	49 242	17º
Mato Grosso	20 941	15º	53 386	14º	57 294	14º	59 600	15º	71 418	14º
Goiás	37 416	9º	75 271	9º	85 615	9º	97 576	9º	111 269	9º
Distrito Federal	56 138	7º	117 572	8º	131 487	7º	149 906	8º	164 482	7º

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. (2013)

O Setor industrial participa no PIB goiano com 26,8% e o setor agropecuário com 12,5% (dados de 2011), mas é com um comércio varejista e atacadista robusto e dinâmico que o setor de serviços domina o PIB Goiano representando 60,7% da produção de riquezas do Estado (Gráfico 3). Ainda que a participação do setor agropecuário seja menor, ele é muito representativo para a economia goiana, pois

dele deriva a agroindústria, uma das atividades mais vigorosas do Estado, através da indústria de alimentos, da produção de álcool, de carnes, derivados de leite e de soja, molhos de tomates e condimentos e outros itens industrializados. (IBGE, 2012)

Gráfico 3 - Estrutura Setorial da Economia Goiana - 2002 a 2011 - (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2013.

2.1.3.1 Setores Econômicos

O Setor de comércio e serviços é o predominante em Goiás, principalmente nos artigos farmacêuticos e de móveis e eletrodomésticos. A intermediação financeira continuou crescendo pelo sétimo ano consecutivo assim como seguros e previdência complementar, e houve ainda, um aumento do volume de crédito injetado na economia nos últimos anos, além das movimentações imobiliárias que

foram expressivas. Outros setores do comércio também foram importantes e sofreram crescimentos, como os serviços de transporte e armazenagem e os de informação. (SEGPLAN, 2013)

O Setor de Comércio de Goiás também tem apresentando bons números quanto à exportação e volume de negócios que atingiu o patamar de US\$ 7,1 bilhões em 2012 apresentando um salto de mais de 100% em cinco anos. A importação também apresentou um número considerável em torno de US\$ 5,1 bilhões. O Estado chegou a comercializar com mais de 160 países em 2012 e a expectativa de crescimento desse número é alta. (SEGPLAN, 2012)

A compra de produtos automotivos e de equipamentos e máquinas agrícolas, além de insumos e artigos para indústrias de fertilizantes e produtos farmacêuticos foram os produtos mais exportados para Japão, Coréia do Sul e Estados Unidos. Já a Rússia, Índia, China e Países Baixos foram os principais importadores da produção goiana em 2012. (IMB, 2013)

Quanto ao Setor Industrial, Goiás ocupa alta posição no ranking nacional da produção de commodities minerais e agrícolas, e de medicamentos genéricos, além da grande participação na indústria de álcool, mineração, fármacos, alimentos e indústria automotiva, já que participa com 5,5% na indústria automotiva brasileira com duas montadoras de veículos e uma de máquinas agrícolas. (IMB, 2013)

A produção de etanol também é destaque e sua produção deve alcançar 2,8 bilhões de litros de álcool em 34 usinas de álcool e açúcar em atividade em 2012 e mais 14 em implantação para os próximos anos. A produção de açúcar no Estado deverá alcançar 2 milhões de toneladas para o mesmo período. (IBGE, 2013)

A Indústria de Transformação gerou 17,8 bilhões de reais onde a montagem de veículos e máquinas agrícolas responde por 57% deste setor, seguido pela indústria de alimentos e bebidas e beneficiamento de minérios, que é bastante diversificada em sete pólos pelo Estado com produção de cobalto, níquel, ouro, cobre, nióbio, fosfato e outros. (IBGE, 2013)

A indústria da construção civil também cresceu graças ao crédito facilitado para a habitação e a renúncia do IPI para os insumos para construir (SEGPLAN, 2013)

A agropecuária goiana é uma atividade econômica importante no Estado e possui uma produção de grãos de mais de 18 milhões de toneladas, o que significa mais de 11% da produção brasileira, colocando Goiás em quarto lugar na produção

nacional, cultivando algodão, cana de açúcar, milho, soja, sorgo, feijão e tomate entre outros. Técnicas agrícolas avançadas trouxeram resultados na produtividade, investimentos e desenvolvimento de outras culturas como a fruticultura. (IMB, 2013)

Na pecuária, são mais de 21 milhões de cabeças de gado, ou seja, 10,2% do rebanho nacional, o que o coloca em 3º lugar do Brasil. Na avicultura o crescimento ultrapassou os 40% nos últimos 5 anos e já alcançou 61 milhões de cabeças de aves.(IMB, 2013)

Tabela 5 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, Goiás 1995-2011

Atividades	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)																
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Goiás																	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	13,9	12,0	12,4	13,0	12,5	14,0	15,1	18,7	18,3	17,2	13,4	10,3	11,0	12,8	14,0	14,1	12,5
Indústria	20,4	19,8	20,7	20,6	21,9	24,0	24,4	23,9	23,2	25,0	26,0	26,5	27,0	26,2	27,0	26,6	26,8
Indústria extrativa	1,1	1,1	1,2	0,9	1,5	1,7	1,2	1,0	0,9	1,0	0,8	0,7	1,7	1,1	1,3	1,1	1,8
Indústria de transformação	11,2	10,6	11,0	10,6	11,4	11,5	11,2	11,9	12,2	12,3	13,9	14,5	13,6	13,8	15,3	13,9	13,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,1	3,2	2,9	3,4	3,9	4,1	5,3	5,1	5,5	6,1	5,3	5,1	5,3	5,2	4,1	4,4	3,7
Construção civil	5,0	4,9	5,6	5,7	5,1	6,8	6,7	6,0	4,7	5,5	5,9	6,1	6,4	6,1	6,4	7,3	7,5
Serviços	65,7	68,2	67,0	66,3	65,7	62,0	60,5	57,4	58,5	57,9	60,7	63,2	62,0	61,0	59,0	59,3	60,7
Comércio	13,7	12,1	12,0	11,7	12,1	12,0	13,0	11,4	14,0	13,4	13,2	14,5	14,6	15,3	15,5	14,1	15,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	5,2	4,8	3,4	3,6	3,3	3,7	3,8	4,3	4,2	3,8	4,5	4,8	5,1	4,2	4,3	5,0	5,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	15,4	14,2	13,8	14,3	15,0	14,1	13,3	13,1	13,2	13,3	14,3	14,5	14,3	14,2	12,9	13,9	14,1
Outros serviços	31,5	37,1	37,8	36,7	35,3	32,3	30,4	28,5	27,2	27,3	28,6	29,4	28,0	27,2	26,2	26,2	26,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Avaliando a tabela 5 podemos verificar os dados discutidos preteritamente, e avaliar em geral, que de 1995 a 2011 a agropecuária passou por um ganho no início da década de 2000 e em meados da mesma década começou a sofrer quedas. A indústria apresentou crescimento estável no mesmo período, sofrendo uma leve

queda após 2008. Quanto ao setor de serviços, apesar das oscilações sofridas consegue sempre se manter na faixa de 60% da participação.

2.1.3.2 Infraestrutura e Logística

Goiás dispõe de 25 mil km de rodovias sendo 53,2% delas pavimentadas. As principais rodovias federais do Estado são a BR-153, com mais de 4000 km de extensão e atravessa o estado ligando o norte ao sul do País; a BR-050, que liga o Distrito Federal ao sul do Brasil e a BR-060, que liga Goiânia a Brasília e ao sudoeste goiano.(IMB, 2013)

As ferrovias têm sido expandidas no estado através das obras da Ferrovia Norte-Sul que está em construção e deve mudar o perfil econômico do Centro-Oeste passando por Estrela D'Oeste, Anápolis, Uruaçu até Palmas no Tocantins e terá percorrendo só em território goiano, 1.200 km. Já o sudoeste de Goiás possui 685 km de estradas da Ferrovia Centro-Atlântica que trespassa a região do sudeste do Estado e o Distrito Federal.(IMB, 2013).

O Estado de Goiás ainda contará com 210km da Ferrovia transcontinental, que liga o litoral fluminense com a fronteira do Brasil com o Peru e passará pelos municípios de Nova Iguaçu de Goiás, Pilar de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Crixás e Nova Crixás até o Estado do Mato Grosso. (IMB, 2013)

A bacia hidrográfica do Paranaíba-Tietê-Paraná forma a hidrovia que se inicia no porto do de São Simão favorecendo o escoamento seguro de parte da produção goiana de grãos. A hidrovia faz escoamento de soja, farelo de soja e milho até a cidade de Pederneira ou Anhembi em São Paulo. (SEGPLAN-SEPIN, 2013)

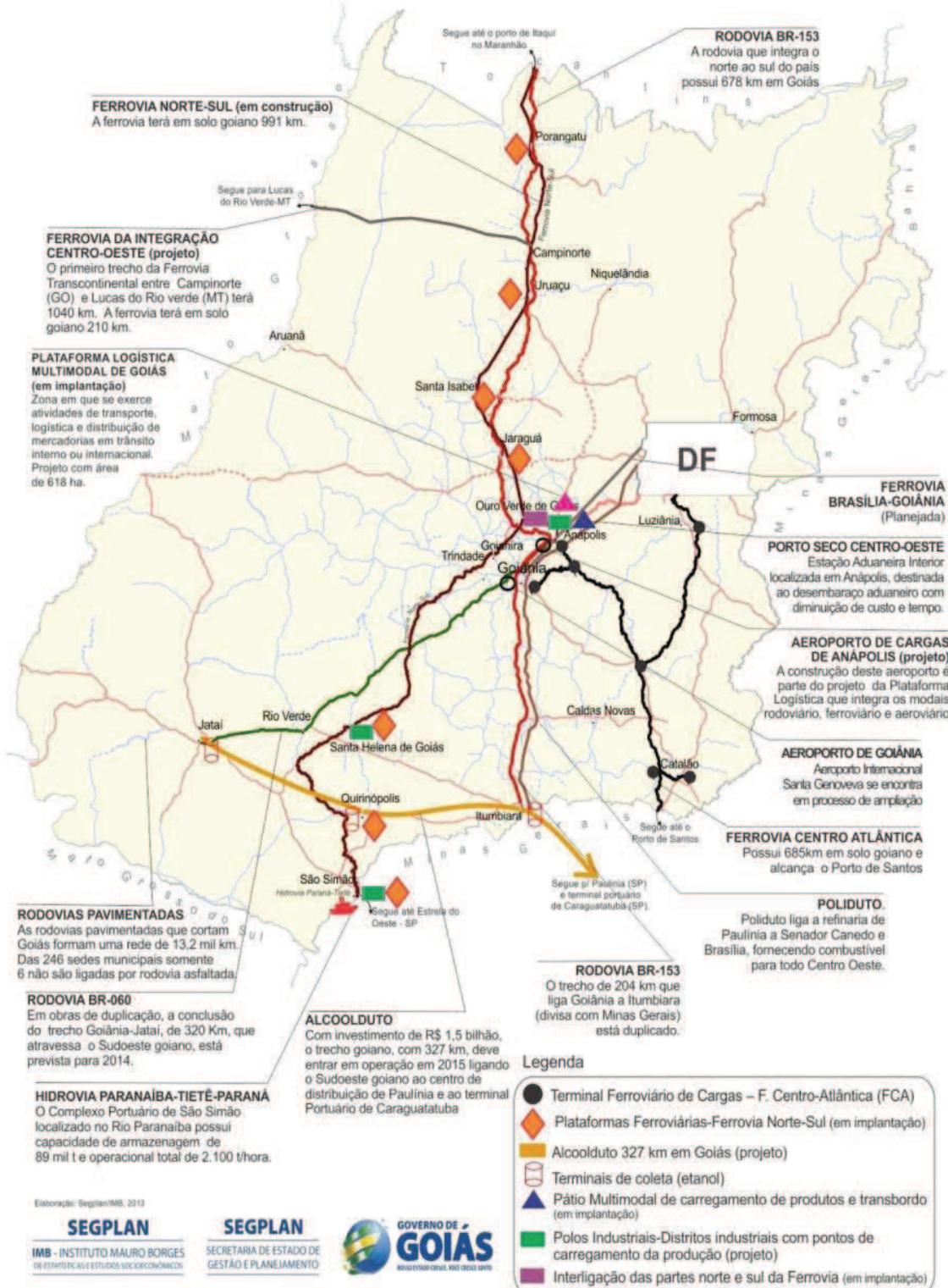
Outro ponto importante na logística do Estado é o Porto Seco, localizado em Anápolis que possui um terminal da alfândega e faz o armazenamento e movimentação de mercadorias importadas ou de exportação promovendo o comércio exterior funcionando como pólo distribuidor de mercadorias. Por integrar os modais da malha rodoviária e da malha ferroviária, o Porto Seco une o mercado do Centro Oeste a outros pontos do país, alavancando a logística do estado. (IMB, 2013)

Para se consolidar como centro distribuidor no país está sendo implantada a Plataforma Logística Multimodal de Goiás, com orçamento de 250 milhões reais em 250 hectares, o projeto tem centro de carga rodoviária e terminal de carga ferroviária

com ligações com as ferrovias Centro-Atlântica e Norte-sul, terminais de frete aéreo, aeroporto internacional de cargas e pólo de serviço e administração. (IMB, 2013).

Grafico 4 – A Logística do Transporte em Goiás

A Logística de Transporte em Goiás



Elaborada pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. (SEGPLAN, 2013)

2.1.3.3 Incentivos Fiscais e Financeiros

Diversos planos de desenvolvimento regional foram implantados em Goiás a partir de 1975⁵, atualmente, o Estado de Goiás estimula as empresas a fazer renovação tecnológica e a realização de investimentos visando aumentar sua competitividade, por meio de incentivos fiscais. O Fundo de Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar), instituído pela lei 9.489 em 1984 foi substituído no ano 2000 pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir), por meio da lei 13.591.

O Programa de Desenvolvimento Industrial do estado de Goiás – Produzir que tem como finalidade contribuir com a modernização e diversificação do setor industrial, através do financiamento do ICMS devido pelo período de até 15 anos. (IMB, 2013)

Tabela 6 - Projetos aprovados com incentivos/PRODUZIR por atividade – 2007 – 10.

Atividade	2007			2008			2009			2010		
	Empresas	Nº de empregos	Investimentos fixos (R\$ mil)	Empresas	Nº de empregos	Investimentos fixos (R\$ mil)	Empresas	Nº de empregos	Investimentos fixos (R\$ mil)	Empresas	Nº de empregos	Investimentos fixos (R\$ mil)
Total	144	35.944	8.326.606	80	18.330	6.654.210	91	11.040	2.023.903	93	7.135	764.918
Destilaria	39	28.588	6.942.452	25	15.805	6.424.355	6	5.873	1.273.017	2	1.503	286.682
Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	33	275.542
Eletrodomésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	196	31.822
Laticínios	6	273	43.567	4	251	20.972	-	-	-	9	444	31.090
Distribuidora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2.000	29.400
Metalúrgico	3	119	11.854	3	127	1.636	4	62	3.651	8	250	18.081
Mat. Construção	-	-	-	-	-	-	1	51	2.047	3	113	16.790
Artef. Cimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	126	15.706
Colchões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0	9.000
Embalagens	11	759	30.364	2	219	4.898	2	80	6.585	4	93	7.256
Insumos agropec	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	20	4.898
Químicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	52	3.781
Cosméticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	163	3.762
Alimentícios	9	400	40.161	2	30	1.141	12	686	23.835	3	114	3.748
Moveleiro	2	85	3.439	-	-	-	4	266	17.554	3	164	3.335
Reciclagem	3	113	1.227	3	232	4.719	3	87	3.032	5	60	3.175
Cerealista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	56	2.660
Esquadrias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	40	2.065
Café	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	182	2.000
Fraldas	-	-	-	-	-	-	1	282	1.200	2	119	1.686
Estrut. metálicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	40	1.604
Britas	1	9	2.021	-	-	-	-	-	-	1	51	1.500
Isolante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1.255
Gráfica	1	37	3.513	1	-	-	2	37	1.500	1	64	1.100
Charque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1.060
Pescado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	156	835
Confeccões	1	14	210	1	21	88	1	-	-	3	334	812
Farmacéutico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	766
Frigorífico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	92	714
Limpeza	3	1.248	136.465	1	28	22.875	-	-	-	1	9	668
Minério	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	602
Outros	65	4.299	1.111.233	38	1.617	173.526	55	3.616	691.482	19	584	1.524

Fonte: SIC-GO / PRODUZIR. Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2013.

⁵ Dentre os planos de desenvolvimento regional implantados em Goiás ressaltam-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – Polocentro (1975); o Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (1979); o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer (1985); e a instituição do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) em 1989 (PIRES E RAMOS, 2009).

A GoiásFomento é uma instituição financeira do Governo do Estado que fomenta financiamentos com recursos próprios e com recursos de repasses do FCO, do BNDES e do CRÉDITO PRODUTIVO, em valores que chegam até o limite de R\$ 2 milhões, aos pequenos, médios, micro empresários e empreendedores individuais, atua, ainda, como Agente Financeiro dos Fundos de Desenvolvimento Industrial de Goiás, PRODUZIR, FOMENTAR e FUNMINERAL. Cerca de 229 municípios já são atendidos por recursos advindos do Goiás Fomento e estima-se que mais de 300 mil empregos já foram gerados devido à concessão destes recursos. O Goiás Fomento ainda realiza a capacitação dos empresários formais e dos empreendedores informais com intuito de formalizá-los como empreendedores individuais. (GOIASFOMENTO, 2014)

Tabela 7: Contribuição da GOIÁSFOMENTO para o desenvolvimento de Goiás no período de 2000 a 2011.

Especificação	Quantidade
Municípios atendidos	229
Empregos gerados e mantidos	289.098
Empresários capacitados	67.247

Fonte: Agência de Fomento de Goiás S/A.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2013.

O Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO é um recurso proveniente da União e também incentiva o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste e é concedido à empresa que se cadastra na instituição financeira para receber o financiamento, que possui carência, prazo prolongado e juros baixos. (IMB, 2013)

Analisando a Tabela 8 podemos concluir que o FCO no Estado de Goiás tem mais de 90% de sua destinação para os empreendimentos rurais através principalmente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O Fundo possui baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, e uma das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. (MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2014)

No entanto o PRONAF vem apresentando queda na quantidade de contratações que em 2007 foram 25.092 e em 2011 foram 21.466, enquanto na área

empresarial, como podemos observar na tabela 8 houve um salto de 1.785 contratações em 2007 para 8.269 em 2011. No total geral o numero de contratações subiu de 32.358 para 36.148 no mesmo período. Isso em valor nominal (R\$ mil) quer dizer um aumento de R\$ 911.612 milhões para R\$ 2.064.402 bilhões de reais.

Tabela 8: Contratações por programa com recursos do FCO – 2007 - 11.

Programa	Goiás									
	Qtde					Valor Nominal (R\$ mil)				
	2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Total	32.358	37.543	33.154	37.572	36.148	911.612	1.369.460	1.088.577	1.583.008	2.064.402
Empresarial	1.785	4.394	3.942	7.797	8.269	382.851	435.718	401.131	706.622	1.041.049
Industrial	423	1.061	1.014	2.847	3.243	219.862	209.739	183.702	321.864	440.844
Infra-estrutura	-	2	2	5	28	-	517	39.533	3.482	276.774
Turismo	83	398	467	1.001	576	13.242	23.661	23.504	105.580	48.178
Comércio Serviços	1.279	2.933	2.459	3.944	4.422	149.747	201.801	154.392	275.696	275.253
Rural	30.573	33.149	29.212	29.775	27.879	528.761	933.742	687.446	876.386	1.023.353
Rural / Integração	3.833	4.771	2.937	5.389	5.511	333.509	443.583	307.628	445.817	540.285
PRONAF	25.092	24.667	25.462	23.622	21.466	172.120	223.205	355.397	386.098	392.995
PRONAF – RA	1.538	804	673	478	400	11.976	8.851	6.638	5.853	4.480
Pronatureza	68	124	86	112	131	5.198	15.549	14.144	13.590	22.665
Estocagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Giro / Custeio	42	2.789	54	174	371	5.958	242.554	3.639	25.028	62.928

Fonte: Banco do Brasil / Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2013.

O BNDES tem no Estado de Goiás uma atuação forte principalmente quanto às linhas automáticas e cartões BNDES. As atividades mais financiadas no Estado de Goiás é a de comércio e serviços, seguida pela indústria de transformação, mas em relação à variação do crescimento dos valores analisados na tabela 9, podemos

observar que, nos últimos anos, há um esforço no incentivo à indústria extrativa e à agropecuária e pesca.

Tabela 9: Investimentos – BNDES - desembolso de recursos - 2007 - 11.(R\$ mil)

Especificação	Goiás					Variação (%) 2007/2011
	2007	2008	2009	2010	2011	
Total geral	2.384.405	4.759.862	5.132.200	4.340.815	4.386.624	83,97
Agropecuária e Pesca	235.732	231.365	297.900	558.622	540.222	129,17
Comércio e Serviços	1.164.216	2.509.019	1.863.000	2.327.542	2.079.133	78,59
Indústria de Transformação	974.356	2.010.550	1.954.800	1.241.650	1.533.088	57,34
Indústria Extrativa	10.101	8.928	1.016.300	213.001	234.181	2.218,39

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2013.

Entretanto, pode-se inferir que um dos problemas que dificultaram um processo de industrialização da Região Centro Oeste foi que das Superintendências de Desenvolvimento Regionais criadas, que “tinham um forte objetivo de promoção da industrialização, a da Região Centro-Oeste (SUDECO) foi a última a ser criada, a que dispôs de menor estrutura e suporte por parte do Governo Federal e a primeira a ser extinta”. (CONFECON, 2009, p.38)

O Ministério de Integração conseguiu reativar, em 2007, a Superintendência, que propôs o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PDCO (2007- 2020) com o objetivo de:

“(…) orientar e organizar as iniciativas e ações dos governos e da sociedade, bem como preparar a região para os desafios do futuro. Neste sentido, o plano constitui referencial para negociação e implementação articulada de projetos de desenvolvimento, que envolve o governo federal, por meio de seus órgãos, ministérios, governos estaduais e diversos segmentos da sociedade centro-oestina.”(SUDECO, 2013)

2.1.3.4 O Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília

Segundo pesquisa e projeção realizada pelo Conselho Federal de Economia-CONFECON, o PIB da região Centro gira em torno de US\$ 120 bilhões. A estimativa é que o valor chegue a cerca de US\$ 385 bilhões dentro de 18 anos caso ocorra investimento no setor industrial. Sem aplicação de políticas industriais no eixo entre

a capital federal e as cidades goianas, prevê-se um PIB de até US\$ 295 bilhões. O potencial do eixo econômico do Distrito Federal com Goiás está acima das médias nacionais com a possibilidade de se tornar o terceiro pólo econômico do país em poucos anos. O COFECON destaca que o passo mais importante para atingir o número desejável é necessário investir no setor industrial do DF e no Entorno para evitar o agravamento do quadro social fora do Plano Piloto e nos municípios goianos do Entorno. (CONFECON, 2012, p. 55-60).

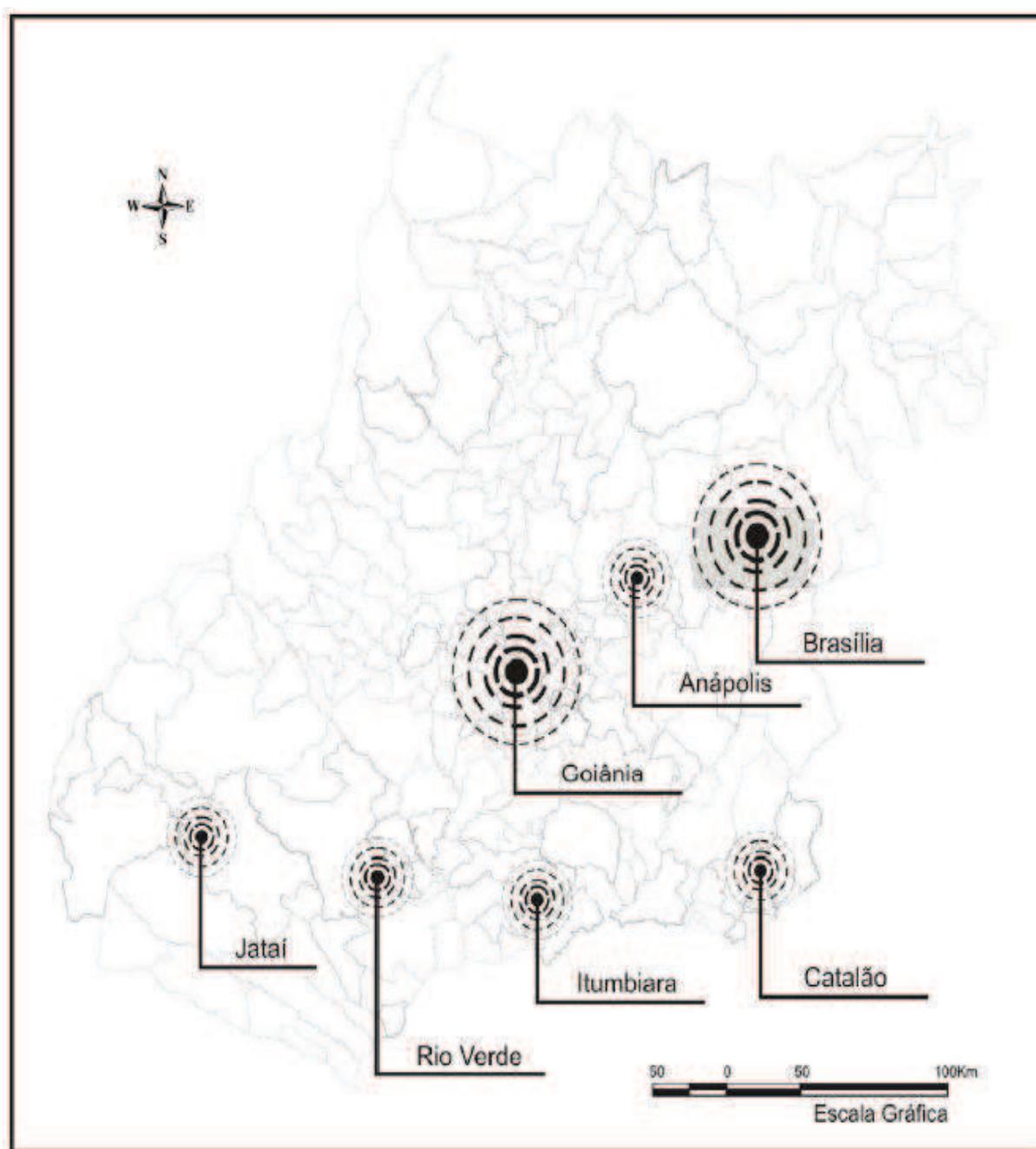
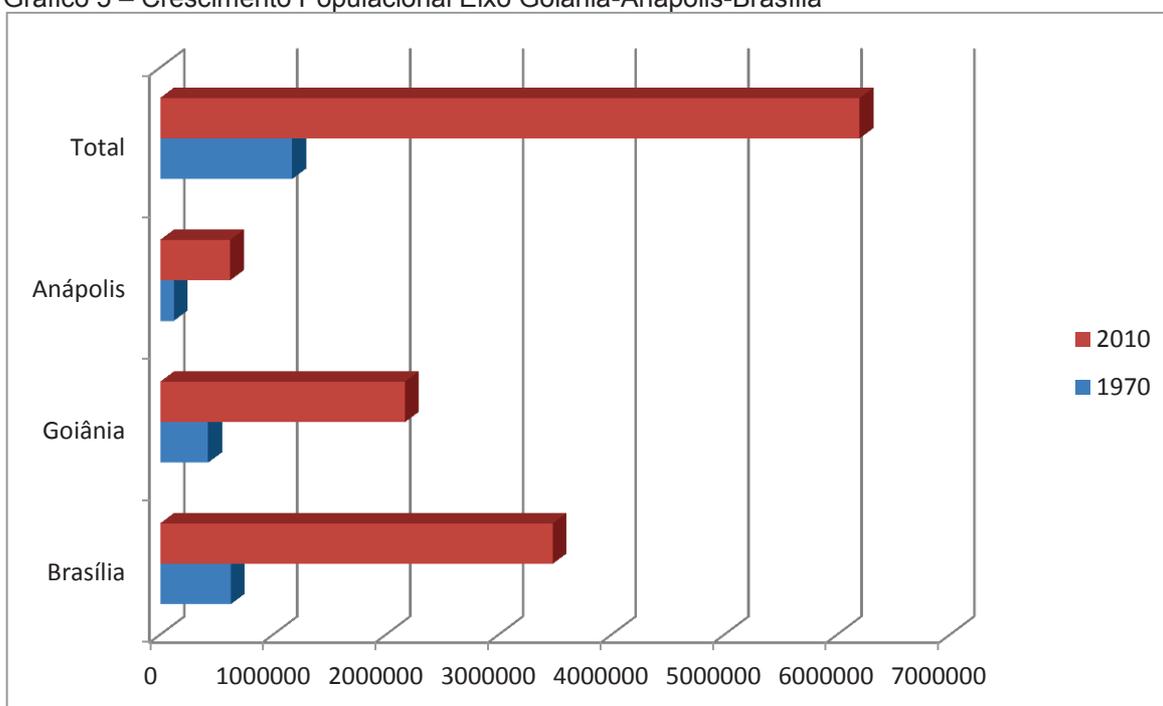


Figura 2 – Os Pólos regionais de Goiás. Elaborada por Marcos Fernando Arriel, 2012.

A população calculada entre as três cidades é de aproximadamente 6,2 milhões de pessoas espalhadas em pouco mais de 200 quilômetros, e a estimativa é que em 2030 esta mancha urbana alcance o número de 8,1 milhões de pessoas, podendo alcançar 9,9 milhões se houver investimento industrial na região do eixo. É necessário que seja realizada e aplicada uma política industrial planejada com investimentos em infraestrutura, envolvendo os governos do DF e Goiás, como a finalização da Ferrovia Norte Sul, conclusão do Porto Seco, implementação dos distritos industriais no DF, a construção de um gasoduto entre Brasília e Goiânia, e a construção de complexo aeroportuário-industrial em Planaltina, no DF, que ainda esta no papel. (CONFECON, 2012, p. 32-35)

Em resumo, como demonstrado no Gráfico 5, entre 1970 e 2010, a área metropolitana de Brasília cresceu de 625 mil para 3,48 milhões de habitantes; a de Goiânia, de 425 mil para 2,17 milhões e a da Aglomeração Urbana de Anápolis de 120 mil para 357 mil. No total, a população cresceu de 1,17 milhão para 6,02 milhões. Nada menos que 40% do crescimento da população urbana de toda a Região Centro Oeste concentrou-se neste Eixo. (IMB, 2012)

Gráfico 5 – Crescimento Populacional Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília



Elaborada pela autora com dados do CONFECON, 2012.

2.1.3.5 Distritos Industriais do Estado

O Governo do Estado de Goiás implantou até 2013, 33 (trinta e três) pólos industriais em diversas cidades do estado e com atividades distintas. Destes distritos, 24(vinte e quatro) ainda estão em fase de implantação, 10 (dez) deles não possuem nenhuma empresa instalada, 14 destes distritos possuem entre 1 (uma) e 10(dez) empresas instaladas. Quanto à infraestrutura, 02(dois) distritos ainda não possuem nenhuma e 07 (sete) possuem apenas pavimentação e em alguns, rede elétrica.

Nos distritos mais ocupados, ou seja, com maior número de empresas, os setores de atividades são diversificados e na maioria deles a indústria de pré-moldados e cerâmica para a construção civil aparece com frequência. O distrito de Anápolis conhecido por ser um pólo farmoquímico e o de Goianira conhecido como pólo calçadista apresentam, além destes, outros setores de atividades, como alimentos, metalurgia e têxtil, entre outros.

Na Tabela 10 podemos observar as áreas dos distritos, o número de empresas ali instaladas, as obras de infraestrutura já realizadas em cada distrito e o setor de atividades das empresas implantadas.

Tabela 10: Características dos Distritos Industriais no Estado de Goiás sob a gestão do GoiásIndustrial - Posição: Janeiro/2013. (Continua)

Distritos Agroindustriais do Estado de Goiás	Área (ha)	Número de empresas	Distância do distrito à Goiânia (km)	Obras de infra-estrutura	Setor de Atividade
Distrito. Agroindustrial. de Abadiânia – DAIAB	227.370,00	5	85	Pavimentação; rede Elétrica; poço Artesiano, registrado em cartório, EIA/RIMA aprovado - licença ambiental.	Cerâmica e usina de compostagem
Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA	9.497.494,40	133	53	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, rede telefônica, posto de correio, posto bancário, AGENFA, plano de Gestão Ambiental, registrado em cartório, posto da polícia rodoviária, condomínio tecnológico, urbanização, ciclovia, estação de tratamento de água - ETA, captação de água superficial: Rede de adução de água bruta e tratada, reservatório de água tratada, estação de tratamento de esgoto - ETE, rede coletora de esgotos, redes de águas pluviais,	Farmoquímico, pré-moldados, alimentos, fertilizantes, embalagens, metalúrgica, confecção, automóveis, papeis e cerâmica.
Distrito Agroindustrial de Anicuns	98.895,00	...	74	Não possui infraestrutura	
Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia – DAIAAG	1.175.837,00	39	18	Pavimentação, rede elétrica, sede Administrativa, rede telefônica, EIA/RIMA – licença ambiental, registrado em Cartório, sistema de água (Captação de água superficial, rede de adução de água bruta e tratada, reservatório de água tratada e ETA, rede de águas pluviais).	Embalagens de plástico, fertilizantes, cerâmica, metalúrgica, alimentos, cosméticos e pré moldados, artefatos de madeira, produtos petroquímicos básicos e químicos, roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo.

Tabela 10: Características dos Distritos Industriais no Estado de Goiás sob a gestão do Goiás Industrial - Posição: Janeiro/2013. (Continua).

Distrito Agroindustrial de Bela Vista de Goiás – DAIBV	326.700,00	3	45	Pavimentação, rede elétrica, sede Administrativa, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental, cerca de arame liso, registrado em Cartório.	Tecidos, bebidas e pré-moldados
Distrito Agroindustrial de Cabeceiras	731.700,00	...	343	Pavimentação, rede elétrica	
Distrito Agroindustrial de Caldas Novas	387.200,00	Nd	165	Pavimentação, rede elétrica.	
Distrito Mineiro-Industrial de Catalão – DIMIC	2.448.241,65	26	258	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, rede telefônica, EIA/RIMA – licença ambiental, registrado em Cartório, captação de água superficial, poço artesiano, rede de adução de água bruta e tratada, ETA, reservatório de água bruta e tratada, rede coletora de esgoto - ETE, estação de tratamento de esgoto - ETE, rede de águas pluviais.	Fertilizantes, tratores, peças e acessórios para veículos automotores, automóveis, montadora de veículos, bebidas, plástico, metalúrgica, pré-moldados, cerâmica, tintas, textil, equipamentos para irrigação agrícola
Distrito Agroindustrial de Ceres – DAIC	193.600,00	-	173	Pavimentação, estação de tratamento de esgotos - ETE pertencente a SANEAGO.	
Distrito Agroindustrial de Goianésia – DAIAGO	316.781,00	4	168	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, poço artesiano, rede de adução de água bruta, reservatório de água bruta, rede de águas pluviais, rede telefônica, condomínio Industrial, linha de ônibus, registrado em cartório.	
Distrito Agroindustrial de Goianira – DAG	414.357,00	24	22	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, poço artesiano, rede de adução de água bruta e tratada, ETA, reservatório de água tratada, rede coletora de esgotos, ETE, rede de águas pluviais, pólo calçadista com 16 galpões, registro em cartório.	Metalúrgica, Calçados de couro, curtimento e preparações de couro; artefatos de couro, pré-moldados, alimentos, produtos petroquímicos e tecidos especial, laticínios; usinagem asfáltica, alimentícios, reciclagem, ecartelados.
Distrito Agroindustrial de Goiás	441.636,00	-	131	Pavimentação.	
Distrito Agroindustrial de Goiatuba – DIAGO	968.000,00	-	173	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental.	
Distrito Agroindustrial de Inhumas – DAÍ	456.775,00	3	42	Pavimentação, rede elétrica, licença ambiental, registrado em cartório, rede telefônica, poço artesiano, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental.	Alimentos e cerâmica
- Distrito Agroindustrial de Itapuranga – DIAI	14,52	-	153	Pavimentação asfáltica	
- Distrito Agroindustrial de Itumbiara – DIAGRI	1.070.000,00	13	203	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, registrado em cartório, sistema de água (captação de água superficial, rede de adução de água bruta e tratada, ETA, reservatório de água tratada), rede coletora de esgoto, rede de águas pluviais, rede telefônica, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental.	Alimentos, máquinas e equipamentos agrícolas, laticínios, pré-moldados, fertilizantes, embalagens metálicas, metalúrgica.
- Distrito Agroindustrial de Jussara – DAIJU	345.636,00	-	213	Pavimentação, rede elétrica	
- Distrito Agroindustrial de Luziânia – DIAL	1.062.052,00	6	186	Pavimentação, rede elétrica, rede telefônica, sede administrativa, poço artesiano, rede de adução de água bruta, reservatório de água bruta, EIA/RIMA – licença ambiental, registrado em cartório	Pré-moldados, alimentos e vestuário
- Distrito Agroindustrial de Mineiros – I - DAIM.	646.000,00	3	414	Pavimentação, rede elétrica, rede telefônica, sede administrativa, EIA/RIMA – licença ambiental, registrado em cartório, trevo de acesso, rede de adução de água tratada, reservatório de água tratada, água tratada pela prefeitura municipal,	Pré-moldados
- Distrito Agroindustrial de Mineiros – II – DAIM.	529.731,00	3	414	Pavimentação, rede elétrica, rede telefônica, sede administrativa, trevo de acesso, sistema de água (poço profundo - água tratada pela prefeitura).	Alimentos, cerâmica e pré-moldados

Tabela 10: Características dos Distritos Industriais no Estado de Goiás sob a gestão do Goiás Industrial - Posição: Janeiro/2013. (Continua).

- Distrito Agroindustrial de Morrinhos – DIAM	1.466.689,00	5	123	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, rede de águas pluviais, licença ambiental, registrado em cartório.	Alimentos, art. de plástico e pré-moldados
- Distrito Agroindustrial de Orizona – DAIO	400.628,00	8	129	Pavimentação, rede elétrica, EIA/RIMA – licença ambiental.	Alimentos, Rações e Sementes/Grãos
- Distrito Agroindustrial de Paraúna	+ ou – 3 alqueires	-	143	Não possui infraestrutura	
- Distrito Agroindustrial. de Piracanjuba	166.933,35	1	87	Pavimentação, rede elétrica.	Derivados de plástico
- Distrito Agroindustrial de Pontalina – DAP	251.700,00	5	104	Pavimentação, rede de energia elétrica, rede telefônica, sede administrativa e condomínio industrial tipo A, poço artesiano, rede de adução de água tratada, reservatório de água tratada, rede de águas pluviais.	Alimentos, art. de plástico e cerâmica
- Distrito Agroindustrial de Porangatu – DIAP	484.000,00	3	395	Pavimentação, rede elétrica, poço artesiano, rede de adução de água tratada, rede de águas pluviais, reservatório de água bruta, EIA/RIMA – licença ambiental.	Alimentos e cerâmica
- Distrito Agroindustrial. de Rio Verde – DARV I	1.113.200,00	7	216	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental, registrado em cartório, rede de águas pluviais.	Alimentos, metalúrgica e pré-moldados
- Distrito Agroindustrial de Rio Verde – DARV II	411.570,00	11	216	Pavimentação, rede elétrica, rede telefônica, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental, registrado em cartório, Sistema de água (poço profundo), rede de águas pluviais, sistema de esgoto (ETE compacto),	Embalagens, engenharia e manutenção de veículos.
- Distrito Agroindustrial de Rubiataba	+ ou – 3 alqueires	...	213	Pavimentação, rede elétrica, rede de águas pluviais.	
- Distrito Agroindustrial de São Miguel do Araguaia – DAISMA	1.070.000,00	-	469	Pavimentação.	
- Distrito Agroindustrial de Senador Canedo (Pólo Coureiro)	1.036.379,47	18	16	Pavimentação, rede elétrica, registrado em cartório, sede administrativa, rede de adução de água tratada, reservatório de água tratada, rede coletora de esgotos, estação de tratamento de esgotos - ETE, rede de águas pluviais, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental,	Pré-moldados, alimentos, cosmético, pré-moldados, metalúrgica, alimentos, limpeza, produtos químicos, tintas e móveis
- Distrito Agroindustrial de Senador Canedo (Pólo Confeccionista)	176.304,80	6	16	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, condomínio industrial tipo A, registrado em cartório, rede de adução de água tratada, reservatório de água tratada, rede coletora de esgotos, rede de águas pluviais.	Cerâmica, Metalúrgica, embalagens e pre-moldados
- Distrito Agroindustrial de Uruaçu – DAUR	258.456,00	14	264	Pavimentação, rede elétrica, poço artesiano, rede de adução de água bruta, rede de águas pluviais, reservatório de água bruta.	Embarcação, vestuário e ração

Fonte: GOIASINDUSTRIAL – Companhia de Distritos Industriais de Goiás.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2013.

EIA – Estudos de Impacto Ambiental.

RIMA – Relatório Impacto Ambiental.

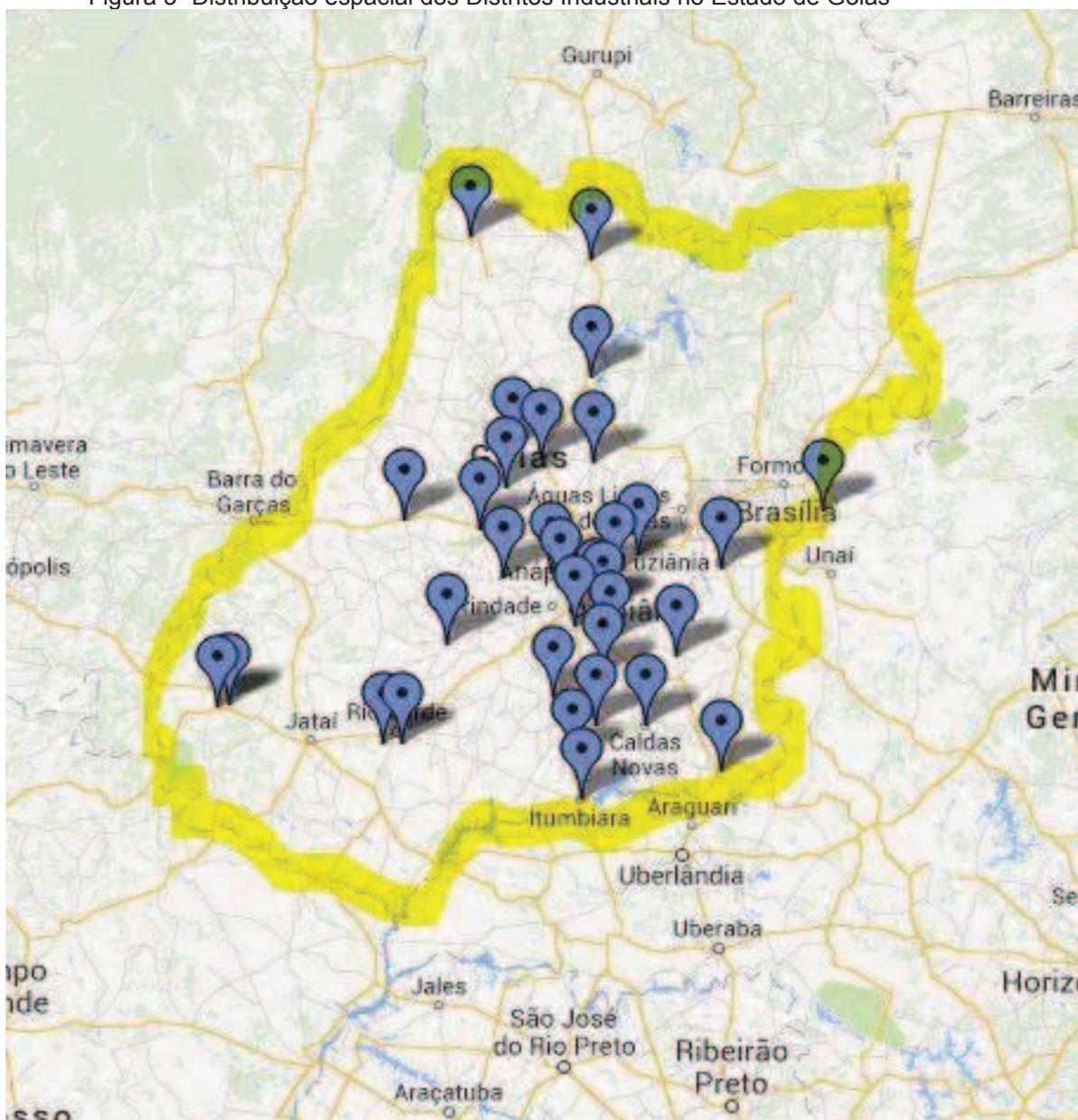
R.D.U. – Redes de Distribuição Urbana.

O Goiás Industrial tem como objetivo promover o setor industrial através do desenvolvimento de distritos industriais, gerando emprego e renda, e é responsável pela administração, projetos e implantação de novas áreas industriais, além de prestar assessoramento técnico ao governo estadual e aos municípios, nos problemas referentes à instalação de indústrias e suas implicações. A finalidade da

Goiás Industrial é reduzir as desigualdades regionais e sociais de modo a garantir a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável. (GOIASINDUSTRIAIS, 2014)

Ao localizarmos os distritos em um mapa, percebe-se que a maioria deles se localiza na Região Metropolitana de Goiânia, e o restante em uma linha que sai do centro para o sul do estado (figura 3). Menos de 30% dos distritos se encontram distribuídos ao noroeste e sudoeste do Estado e ainda possuem poucas ou nenhuma empresa instalada, o que conflita com os objetivos da Goiás Industrial.

Figura 3 -Distribuição espacial dos Distritos Industriais no Estado de Goiás



Fonte: Goiás Industrial. Elaborado pela autora. 2013

Os distritos considerados mais importantes do estado, administrados pelo GOIASINDUSTRIAL – Companhia dos Distritos Industriais de Goiás são:

a) Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA que é um Pólo farmoquímico, com 949,75 hectares, possui instalado 133 empresas, no município de Anápolis, localizado a 53 km da capital, e é considerado o mais importante dos distritos estaduais, contando com infraestrutura como: pavimentação asfáltica com drenagem, sistema de água e ETA, sistema de esgoto e ETE, rede de energia elétrica, rede telefônica, sede administrativa, urbanização, posto de correio, posto bancário, AGENFA, plano de Gestão Ambiental, registrado em cartório, posto da polícia rodoviária, condomínio tecnológico e ciclovia (SEPLAN, 2013). Ainda que seja conhecido nacionalmente como pólo farmoquímico, apenas 15 das 133 indústrias ali instaladas são farmacêuticas. O DAIA abriga empresas de médio e grande porte, gera cerca de 8000 empregos diretos e possui outras empresas, entre as quais Adubos Araguaia, Fertilizantes Mitsui, Granol Óleos Vegetais, Gravia Esquality, Guabi, Midway International, Cereais Araguaia, Elkatex, Babymania Fraldas, Roan Alimentos, Beraca-Sabará Indústria Química, Companhia Metalgraphica Paulista, Transportadora Gabardo, RGLog Logística, DHL Logística, Laticínios Vigor, Colatex, Plastubos, Doce Vida, Hyundai e outras. Além disso ainda possui um estação aduaneira dentro do distrito e poderá contar em breve com o Porto Seco e Plataforma Logística Modal. O fato do município poder abrigar tantas empresas e ter obtido tanto sucesso foi devido a um plano de desenvolvimento da década de 1980 que financiava o ICMS em até 100% além de conceder algumas isenções e que se chamava Fomentar e recentemente passou a ter o nome de Produzir (ACIA, 2014).

b) Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia – DAIAG, está localizado no município de Aparecida de Goiânia, a 18 km da capital. Trata-se de um Pólo Tecnológico e Metalúrgico, com cerca de 117,58 hectares de área e 39 empresas instaladas. Conta com infraestrutura de pavimentação asfáltica, meio fio, sistema de água (captação, rede, reservatório e ETA), rede de energia elétrica – (R.D.U. em AT e BT, rede telefônica, sede administrativa, EIA/RIMA, registrado em cartório e rede de águas pluviais. O DAIAG possui empresas no ramo de embalagens de plástico, fertilizantes, cerâmica, metalúrgica, alimentos, cosméticos e pré moldados, artefatos

de madeira, produtos petroquímicos básicos e químicos, roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo. (GOIASINDUSTRIAL, 2013)

c) Distrito Agroindustrial De Goianira – DAG é um Pólo calçadista com 41,44 hectares de área, localizado em Goianira, a 22 km da capital e possui instaladas 24 indústrias com atividades correlatas a demanda de calçado. Tem infraestrutura privilegiada com pavimentação asfáltica, rede de energia elétrica, sede administrativa, registrado em cartório, rede de esgoto – ETE, rede de água, reservatório, poço artesiano, rede de águas pluviais, EIA/RIMA e pólo calçadista com 16 galpões. Apesar de não ter se desenvolvido como esperado, o pólo calçadista de Goianira irradia sua importância para fora do distrito, onde dezenas de micro e pequenas empresas trabalham no ramo calçadista, além disto, o distrito ainda abriga empresas de alimentos, usinagem asfálticas, petroquímicas e reciclagem.

d) Distrito Mineiro-Industrial de Catalão – DIMIC, está localizado em 244,82 hectares no município de Catalão a 258 km de Goiânia e conta com 26 empresas instaladas e pavimentação asfáltica com drenagem superficial, sistema de água (poço profundo), ETA, captação e distribuição, rede de energia elétrica, rede telefônica, sede administrativa, sistema de tratamento de esgoto – ETE e EIA/RIMA. O distrito de Catalão abriga a montadora de carros Mitsubishi, responsável pelo rápido desenvolvimento da cidade, além de outras grandes empresas, como a John Deere, montadora de colheitadeiras; a Caramuru no ramo alimentício; Agroquima no ramo de rações, fertilizantes e medicamentos animais; COACAL cooperativa agropecuária, entre outras. O município lançou no início de 2012 o primeiro distrito municipal que futuramente abrigará de 80 a 100 empresas e recentemente doou uma área de 70.000m² para o Instituto Federal Goiano-IFG. (CATALÃO, 2014)

CAPITULO 3 - Estudo de Caso: Desenvolvimento e Distritos Industriais de Aparecida de Goiânia

Aparecida de Goiânia foi criada em 14 de novembro de 1963 pela Lei Estadual nº 4.927, mas o vilarejo surgiu em 1922 a partir de doação de terras de fazendeiros religiosos, para a construção da igreja.

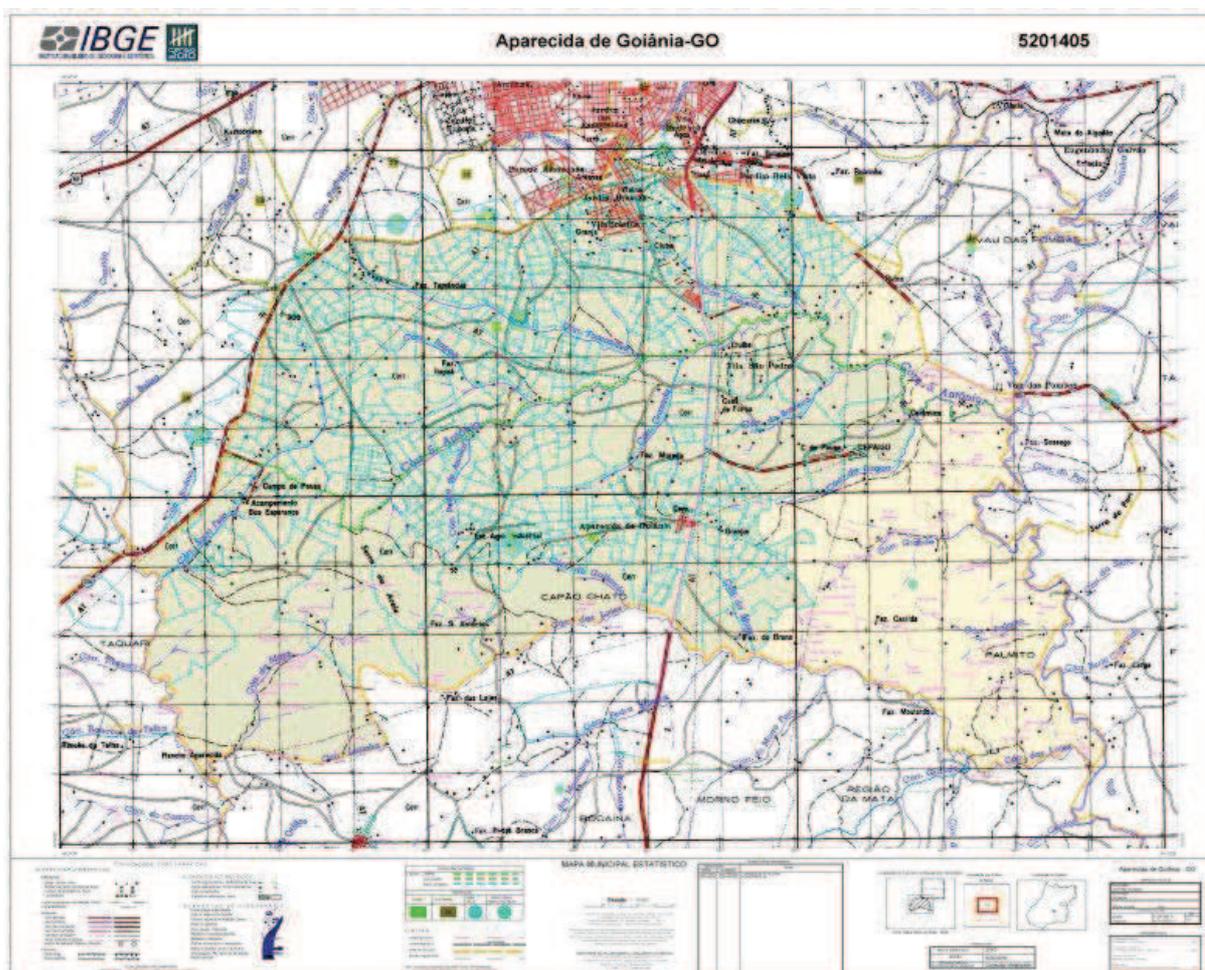


Figura 4 - Mapa Estatístico Municipal
Fonte: IBGE, 2010

Por décadas o município ficou condenado à situação de cidade dormitório de Goiânia, já que a grande maioria da população aparecidense trabalhava em Goiânia e vinha a Aparecida apenas para dormir. O grande desafio do município sempre foi a geração de emprego na perspectiva de que o cidadão trabalhe e consuma seus ganhos em Aparecida e com isso movimente seu comércio.

O município possui 288 km², localiza-se na Região Metropolitana de Goiânia e situa-se a 18 km da capital e a 270 km de Brasília; é cortado pela BR-153, a quarta maior rodovia do país com mais de 4.300km que liga Marabá, no Pará à cidade de Aceguá no Rio Grande do Sul. A excelente posição geográfica (figura 6) facilitou os investimentos de indústrias, a distribuição de produtos e o contato com importantes centros consumidores.(IBGE, 2013)



Figura 5. Mapa de localização de Aparecida de Goiânia no Estado de Goiás.

Aparecida conta com mais de 455.657 mil habitantes, segundo o censo 2010, e o 3º maior PIB do estado e está entre os 120 melhores PIBs do país. (IBGE, 2011)

Aparecida de Goiânia ocupa o terceiro lugar no valor do PIB Goiano (Tabela 10). É a segunda maior aglomeração urbana do Estado com 7,6% da população de Goiás. Em 2011 participou com 5,7% do PIB estadual, contra 5,3%, em 2010. A indústria foi o setor de maior relevância na estrutura municipal, representou 75,5%, seguido pelo setor de serviços, com 24,4% e agropecuária com 0,1% do VA total. A maior participação ocorreu na indústria e serviços, com destaque na construção civil (construção de edifícios e de obras de infraestrutura) no que se refere à indústria e no que se refere à serviços aconteceu nas atividades de comércio e transporte.

Tabela 11 - Ranking do PIB Goiano.(2002-2011)

Ranking	2002		2008		2010		2011	
	Município	Valor (R\$ Mil)	Município	Valor (R\$ Mil)	Município	Valor (R\$ Mil)	Município	Valor (R\$ Mil)
1	Goiânia	10.127.289	Goiânia	19.456.021	Goiânia	24.445.668	Goiânia	27.668.222
2	Anápolis	2.151.293	Anápolis	6.262.949	Anápolis	10.059.578	Anápolis	12.119.553
3	Rio Verde	1.861.853	Ap. de Goiânia	3.873.000	Aparecida de Goiânia	5.148.613	Aparecida de Goiânia	6.296.699
4	Ap. de Goiânia	1.425.571	Rio Verde	3.613.834	Rio Verde	4.160.896	Rio Verde	5.526.024
5	Catalão	1.270.520	Catalão	3.348.201	Catalão	3.970.982	Catalão	4.851.815
6	Senador Canedo	1.197.065	Senador Canedo	2.304.325	Senador Canedo	3.188.641	Senador Canedo	3.720.499
7	Itumbiara	961.301	Itumbiara	2.046.811	Itumbiara	2.259.784	Itumbiara	2.575.943
8	Jataí	954.144	Jataí	1.859.958	Jataí	2.142.763	Jataí	2.416.424
9	Luziânia	826.512	Luziânia	1.805.582	Luziânia	2.071.930	Luziânia	2.112.327
10	São Simão	791.482	São Simão	1.343.015	São Simão	1.382.126	São Simão	1.455.612
	Total	21.567.030		45.913.695		58.830.982		68.743.118
	Participação no Estado	57,6%		61,0%		60,3%		61,8%
	Estado de Goiás	37.415.997		75.271.163		97.575.930		111.268.553

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Analisando o gráfico 6 podemos perceber claramente a vocação para o setor de comércio e serviços que supera em mais de duas vezes o setor de indústria e demonstra um valor irrisório do setor agropecuário, que por sua vez é bastante relevante em relação a produção estadual.

Grafico 6 - Produto Interno Bruto Municipal (Valor Adicionado)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O município de Aparecida conta com 6 distritos empresariais já constituídos, desses, quatro são municipais, um estadual e um privado.

Para efeito deste trabalho, os distritos aqui analisados serão apenas os municipais.

3.1 Pólos, Parques e Distritos

Os conceitos de pólos, parques, distritos, clusters, APLs, *Milleu Innovators*, são sempre discutidos e as definições muitas vezes são utilizadas aleatoriamente.

Sendo assim, utilizaremos estes conceitos fornecidos por Lastres e Cassiolato (2003) em documento solicitado pelo SEBRAE e divulgado pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior –MDIC:

Arranjos produtivos locais - APLs são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto de atividades econômicas correlatos, envolvendo a participação e a interação de empresas.

Clusters referem-se à aglomeração territorial de empresas, com características similares, dando ênfase ao aspecto da concorrência mais do que o da cooperação, com concentrações geográficas e setoriais destas empresas e eficiência coletiva que são ganhos competitivos associados à interação entre empresas em nível local, além de outras vantagens derivadas da aglomeração.

Distritos Industriais são as aglomerações de empresas, com elevado grau de especialização e interdependência, entre empresas de um mesmo segmento, ou seja, que realizam atividades similares ou atividades complementares em diferentes estágios da cadeia produtiva. No Brasil, a noção de distrito industrial é utilizada para designar determinadas localidades ou regiões definidas para a instalação de empresas, muitas vezes contando com a concessão de incentivos governamental, permitindo a estas empresas obterem ganhos de escala, reduzindo custos, bem como gerando economias externas significativas

O Milieu inovador é uma das nomenclaturas mais novas e tem sua definição ambiente social que favorece a inovação e não em atividades produtivas, mas sim que instalada em um área geográfica limitada ativa a capacidade inovativa local.

Os pólos e parques científicos e tecnológicos referem-se predominante a aglomerações de empresas de base tecnológica articuladas a universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Parques tecnológicos são áreas geralmente ligadas a algum importante centro de ensino ou pesquisa, com infra-estrutura necessária para a instalação de empresas produtivas baseadas em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Pólos tecnológicos ou tecnópolis são definidos como grandes áreas com infra-estrutura necessária para unidades produtivas que realizam atividades de baixa ou grande escala, baseadas em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Pólos de crescimento refere-se a determinadas atividades econômicas dominantes – que podem ser associadas à noção de indústria motriz – têm a capacidade de alavancar a expansão de outros conjuntos de atividades em determinadas regiões. Já o pólo de desenvolvimento, segundo PERROUX(1955), tem a capacidade de engendrar uma mudança qualitativa nas estruturas econômicas e sociais.

Os distritos empresariais⁶ de Aparecida de Goiânia surgiram no início da década 1990 e até os primeiros anos da década de 2000 não houve muitas mudanças e melhorias.

O primeiro pólo criado foi o Distrito Industrial do Município de Aparecida de Goiânia - DIMAG, que foi declarado de utilidade pública, autorizando a desapropriar a área onde seria instalado o distrito, pela Lei Municipal de nº 1258/93, e através da Lei 1.470/95 o município criou o distrito, localizado no Jardim Eldorado com uma área de mais de 580 mil metros quadrados e que poderia abrigar empresas dos ramos industrial, comercial e de prestação de serviços. O distrito estava em uma localização próxima à BR 153 e ao Centro Penitenciário Estadual. Sem nenhuma infraestrutura oferecida, este distrito até hoje é o menos desenvolvido e o que mais sofre com esses problemas. (APARECIDA DE GOIANIA, 1995)

A lei do DIMAG especifica que a finalidade do distrito é gerar empregos e investimentos de capitais, assegurando uma melhor arrecadação de tributos, buscando conter os problemas sociais.

As empresas instaladas neste distritos, em geral são micro, pequenas e médias empresas e uma grande diversidade de atividades econômicas, sendo que 20% destas empresas são de materiais de construções e artefatos de cimento, seguida por empresas de logística e distribuição, metalurgia, construção civil, maquinas e equipamentos, cosméticos, produtos de limpeza, alimentação, móveis entre outras. (SICTT, 2012)

Conforme podemos verificar na figura 6, o DIMAG já possuía uma boa parte de sua área ocupada e já se encontra com boa parte da infraestrutura pronta, entretanto, partes de suas ruas ainda não foram pavimentadas.

⁶ Devido ao fato do primeiro distrito ter recebido o nome de Distrito Industrial do Município de Aparecida de Goiania – DIMAG e os outros distritos terem sido nomeados Polo e Parque sem ter se levado em conta os conceitos, e por possuírem empresas de comércio e serviços, não somente indústrias, utilizaremos o nome **Distritos Empresariais**(grifo do autor) para os distritos aparecidenses.



Figura 6 - Extraído do GoogleMaps. Marcado pela autora.(Outubro de 2013)

O Pólo Empresarial Goiás foi o segundo pólo lançado em Aparecida pela Lei Municipal n° 1.623, de 13 de junho de 1997, que desapropriou os imóveis num total de aproximadamente 100 alqueires e pela Lei n° 1.624 da mesma data, que criou o novo distrito.

A figura 7 mostra destacada, a primeira etapa do Pólo Empresarial Goiás e que, também possui uma alta taxa de ocupação.



Figura 7 - Extraído do GoogleMaps. Marcado pela autora.(Outubro de 2013)

O Pólo Empresarial possui a melhor localização entre os distritos, situado às margens da BR 153, visível aos que por ali passam. Em 2002 a Lei Municipal nº 2.264 desapropriou mais de 51.000m² para sua expansão e que está demonstrada na área selecionada na figura 8.

Este distrito possui 161 empresas de diversas atividades econômicas, com predominância em construção civil, materiais de construção e metalurgia que correspondem a mais de 30% do número de empresas em funcionamento ou implantação; as empresas logísticas e de distribuição correspondem a 10%; seguida pelas empresas prestadoras de serviços, Cosméticos, Alimentação, Serviços Gráficos, Embalagens, Automotivo, Confecções, Farmacêuticas, entre outras. (SICTT, 2012)



Figura 8 – Expansão do Pólo Empresarial Goiás
 Fonte: GoogleMaps. Marcado pela autora.(Outubro de 2013)

Em 2004, o município declara de utilidade pública e desapropria duas áreas diferentes através da Lei nº 2.473 de 9 de julho de 2004 e cria o Parque Industrial Aparecida, com 36 alqueires e o Pólo Municipal de Reciclagem, através da Lei nº 2.472 também de 9 de julho de 2004. Uma Lei municipal alterou o nome do Parque Industrial Aparecida para Parque Industrial Vice Presidente José de Alencar em 2010.

Apesar da Figura 8 apresentar áreas em sua maioria desocupadas, o Parque Industrial já possui mais de 100(cem) empresas instaladas e em funcionamento e uma característica de abrigar grandes empresas logísticas que correspondem a 17% das empresas ali localizadas. Outras atividades econômicas encontradas no Parque são empresas de construção civil, material de construção, prestadores de serviços, cosméticos, indústrias de gases, indústria de adubos e serviços gráficos. (SICTT, 2012)



Figura 8 - Extraído do GoogleMaps. Marcado pela autora.(Outubro de 2013)

Sendo assim podemos contabilizar os 3 (três) distritos municipais que são objeto de pesquisa do presente trabalho:

- Distrito Industrial Municipal de Aparecida de Goiânia;
- Pólo Empresarial Goiás;
- Parque Industrial Vice Presidente José de Alencar

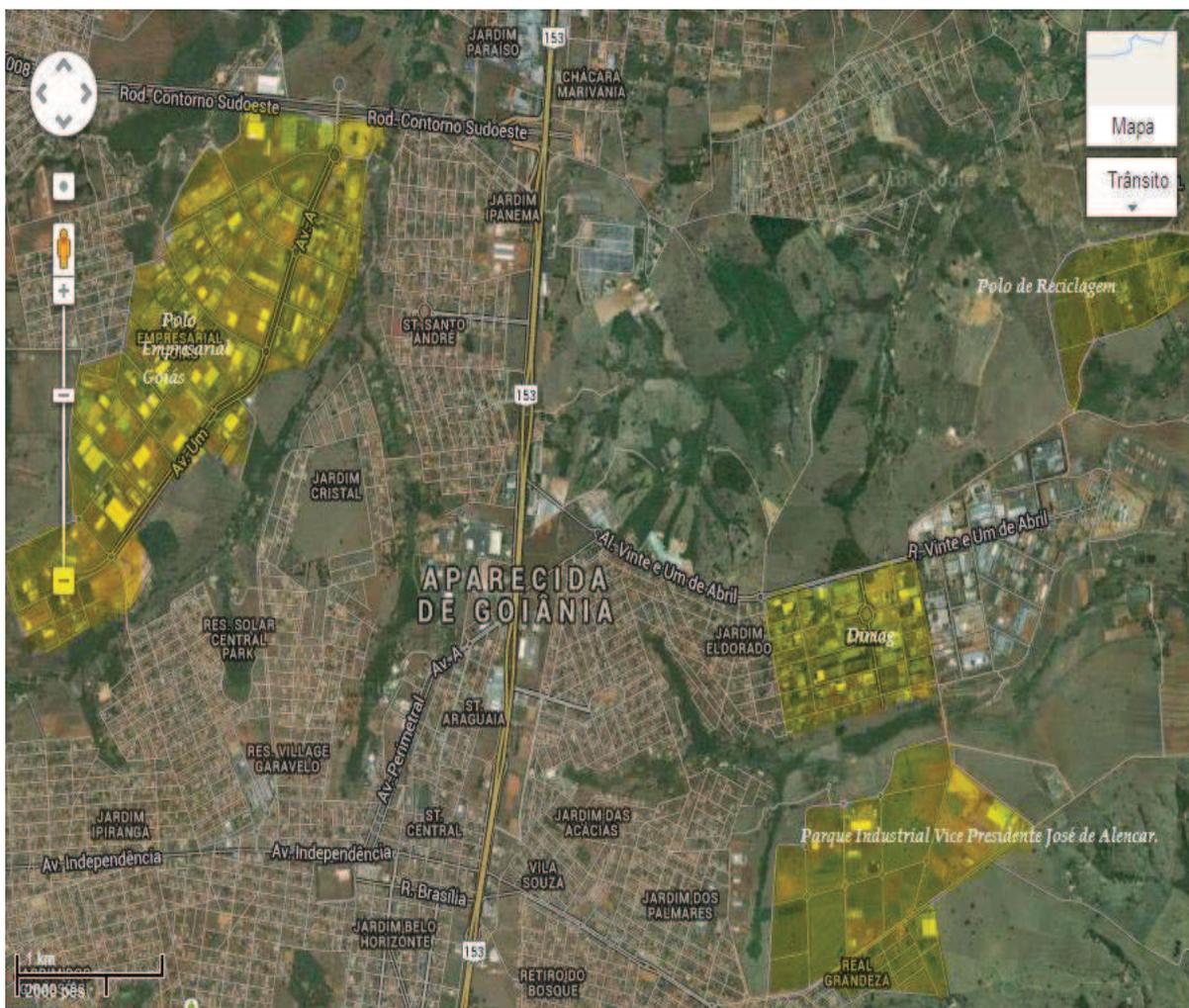


Figura 9 Localização dos Pólos Municipais de Aparecida de Goiânia
 Fonte: GoogleMaps. Marcado pela autora. (Outubro de 2013)

Na figura 9 podemos verificar a localização e a proximidade dos distritos municipais entre si e em relação à rodovia BR153 que é o mais importante meio de escoação dos produtos produzidos e transportados pelas empresas e indústrias localizadas nas áreas empresariais.

Nenhum dos pólos empresariais foi entregue com infraestrutura e alguns deles até alguns anos atrás não possuíam um metro que fosse de galeria pluvial, água ou asfalto⁷.

As desapropriações foram realizadas, mas até hoje centenas de proprietários não foram indenizados, o que nos remete à época do Brasil colonial, às sesmarias e à lei de 1850, onde a expropriação das terras dos pequenos posseiros por

⁷ As empresas recebiam a cessão de uso das áreas públicas sem nenhuma infraestrutura básica com água, asfalto e até energia. Algumas empresas trabalharam com geradores de energia por anos.

latifundiários aconteceu sobre a sombra da violência e da brutalidade (COSTA, 1999).

No caso da desapropriação dos distritos, não houve violência física, mas sim uma violência econômica aos proprietários⁸ dos loteamentos desapropriados, dos quais muitos até hoje não receberam indenização por seus lotes, mas os viram ser cedidos gratuitamente à empresas de iniciativa privada.

3.2 A gestão municipal dos Pólos

Em 2009, uma nova gestão pública se iniciou no município. Pela primeira vez um empresário do município tomava posse da Secretaria de Indústria e Comércio, indicado pela Associação Comercial e Industrial do município, que conhecia as necessidades dos empresários e que foi totalmente aceito e buscou uma solução junto ao poder público.

Esse foi o grande passo para o desenvolvimento e melhoria dos pólos empresariais aparecidenses.

As áreas públicas até então, eram desapropriadas e cedidas para empresas que tivessem interesse em se instalar no município. Estas áreas não possuíam infraestrutura alguma. Não havia água, esgoto, energia elétrica ou asfalto, além disso, a segurança sempre foi um fator que influenciou na decisão das empresas em fazer ou não investimentos. Deste modo, centenas de áreas foram cedidas e então reintegradas e cedidas a outras empresas por várias vezes, já que à época da desapropriação os lotes não possuíam valor econômico e não valiam o investimento, ou seja, o empresário avaliava que colocar energia, água, esgoto, fazer terraplanagem, custaria mais do que comprar uma área com infraestrutura em outra parte da cidade. A falta do asfalto e conseqüentemente a falta de transporte coletivo também aumentava a deficiência de mão de obra.

Na esperança de que essas áreas valorizassem algum dia, diversos empresários solicitaram áreas nos distritos e nunca fizeram nenhum investimento, com o simples intuito de especulação do bem público⁹. E assim por anos, os

⁸ Eram proprietários destes loteamentos, as imobiliárias que os administravam e pessoas físicas que compraram ou financiaram lotes para seu uso e investimentos.

⁹ Existe no contrato de termo de cessão e uso das áreas cedidas, uma cláusula (5ª) que informa que poderá ser expedido, ao fim de 15 anos dos contrato, o documento definitivo de propriedade do bem.

distritos, principalmente o DIMAG e Pólo Empresarial Goiás, continuaram sem muita relevância na economia do município, apesar de desde o início abrigarem algumas empresas de médio e grande porte, que fizeram altos investimentos.

Através de um levantamento atual, realizado pela Secretaria de Indústria e Comércio de Aparecida, podemos perceber a quantidade de empresas que foram instaladas desde sua criação até hoje:

O DIMAG possui instaladas ou em fase de implantação, 90 empresas, das quais apenas 17 estão lá desde a década de 90, em 2004 eram 32 empresas e em 2008 eram 42, as outras 48 empresas ou seja, mais de 50% das empresas hoje instaladas foram em áreas cedidas no período 2009 a 2012 (SICTT, 2012).

No Pólo Empresarial existem instaladas ou em construção 162 empresas, das quais 89 receberam o termo de cessão entre 1999 e 2008, e as outras 73 a partir de 2009. Se compararmos a quantidade de áreas cedidas e empresas que se instalaram em 9 anos e a quantidade de áreas cedidas e empresas instaladas nos últimos três anos, podemos avaliar que o trabalho de atração e seleção de empresas em potencial, foi melhor administrado na última gestão pública do município, justificando o objetivo deste estudo (SICTT, 2012).

No Parque Industrial estão instaladas hoje e em fase de implantação, 100 empresas dentre as quais apenas 27 áreas foram cedidas até 2008, às outras 73 empresas, ou seja, mais de 70% das empresas foram definidas na última gestão (SICTT, 2012).

No Pólo de Reciclagem as empresas ainda estão sendo definidas e por enquanto menos de 10 empresas estão ali instaladas, sendo que destas, apenas uma foi instalada nas gestões anteriores. (SICTT, 2012) O Pólo de Reciclagem ainda não possui nenhuma infraestrutura e ainda estão sendo realizados os primeiros estudos de viabilidade técnica e medição das áreas, para que sejam tomadas novas decisões e realizadas melhorias e assim, alavancar seu desenvolvimento, portanto, não faremos análise deste distrito.

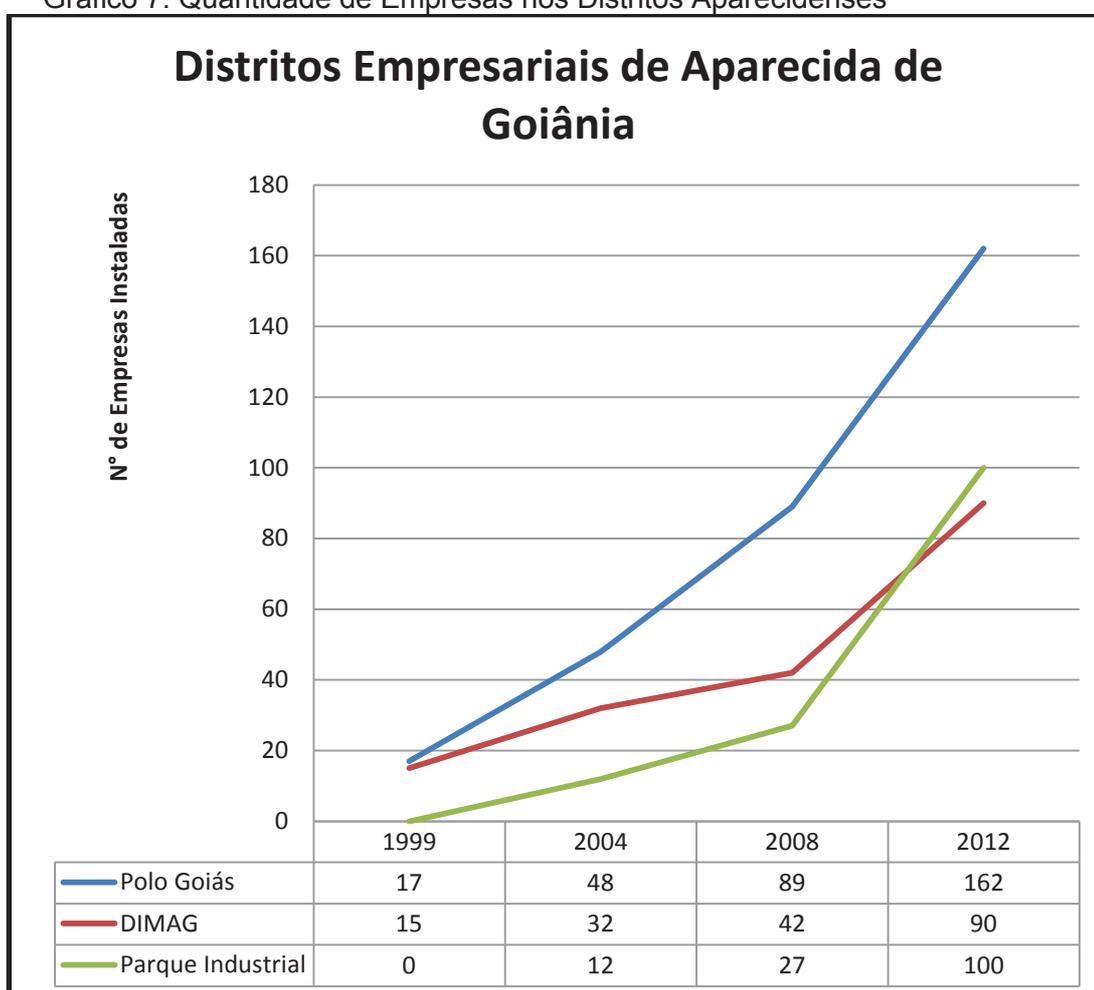
Podemos assim analisar que, em todos os pólos, desde sua criação, houve pouco empenho em selecionar empresas que realmente tinham interesse em investir

e se instalar no município¹⁰. Nestes casos, o bem público nunca chegou a atingir sua verdadeira finalidade, que é gerar emprego, renda e tributos, e conseqüentemente, desenvolvimento do município.

Vale ressaltar que, com a nova gestão houve uma supervalorização das áreas dos distritos, assim como em todo o volume mobiliário do município, o que aumentou ainda mais o interesse em especulação do bem público.

Veja no gráfico 7, a evolução da quantidade de empresas instaladas através dos anos:

Gráfico 7. Quantidade de Empresas nos Distritos Aparecidenses



FONTE: Secretaria de Industria e Comércio do município.(SICTT, 2012) Elaborado pela Autora.

¹⁰ As áreas foram cedidas sem nenhuma política de atração de empresas, sem nenhuma avaliação prévia, senão para sanar interesses de empresários que por serem “conhecidos” ou por serem “parceiros” nas campanhas políticas ou simplesmente para especulação, no caso das áreas valorizarem e serem escrituradas, podendo ser então, vendidas.

3.3 Da Cessão de Áreas Públicas

A cessão de áreas públicas no município de Aparecida de Goiânia acontece de forma simples, desburocratizada, gratuita e com poucas exigências.

O termo de cessão (anexo 1) é um documento público, celebrado entre o município e a empresa, para que a instituição de iniciativa privada tome posse e faça uso de um bem público em prol do desenvolvimento do município, gerando emprego aos aparecidenses e tributo para que o município possa atender as demandas sociais e econômicas dos cidadãos. Os distritos industriais devem oferecer ao município, vantagens competitivas que favoreçam seu desenvolvimento frente a outros municípios do estado, do país e até internacionalmente.

Para PORTER (2002), à medida que os aglomerados amadurecem e se desenvolvem as fontes da vantagem competitiva e as prioridades governamentais também se alteram. As prioridades do governo local devem ser o aprimoramento da infraestrutura, retirada de fatores que limitam a inovação e conseqüentemente a atração de investimentos estrangeiros, ingresso de multinacionais, que atraíam mais empresas e desencadeará o desenvolvimento local.

A área é cedida e não doada, como a maioria dos empresários acreditam, diferentemente de todos os outros municípios e distritos pesquisados, onde as áreas são vendidas.

Caso a área já tenha sido cedida anteriormente a outra empresa, que iniciou o investimento e desistiu de dar continuidade e, tenha sido construída alguma benfeitoria, seja ela, uma cerca, terraplenagem, construção de alvenaria ou estrutura metálica, poderá ser realizada uma avaliação e de comum acordo, o antigo e o novo cessionário poderão negociar a benfeitoria, mas nunca a área pública¹¹. Vale salientar que, segundo uma das cláusulas do termo de cessão celebrado, caso a empresa não cumpra com as exigências municipais, a prefeitura não tem obrigação de ressarcir ou indenizar nenhuma benfeitoria realizada, mas, tem sido uma política da Secretaria de Indústria e Comércio de Aparecida de Goiânia, intermediar para que nenhuma empresa saia do município com prejuízos.

As exigências para receber a cessão de uma área também são poucas. É necessário que a empresa possua capacidade de investimento, que é analisada

¹¹ A área pública é o imóvel cedido pelo município à empresa interessada. Esta área não pode ser vendida, cedida a terceiros ou dada em garantia. O que pertence à empresa são as benfeitorias e obras ali realizadas.

através de documentos contábeis solicitados e a apresentação das certidões negativas de todas as fazendas: Federal, Estadual, Municipal, além das certidões do FGTS e INSS.

A exigência de construção mínima é de 33 % do tamanho total da área, ou seja, caso a área cedida seja de 10.000 m², a área mínima construída é de 3.333 m², sendo que esta área construída deve ser parte operacional e administrativa da empresa, não contando pátio, estacionamento, alojamento, refeitório e área de lazer como área construída.

O prazo para construir e funcionar, apesar de apertado, é suficiente, podendo ser prorrogado, caso aconteça algum atraso por parte das licenças da prefeitura ou pela extensão da área construída, mas a princípio, a empresa possui, a contar da data da assinatura do termo de cessão, 04 (quatro) meses para elaborar e aprovar os projetos arquitetônicos e de engenharia e apresentar o alvará permitindo a construção. A cessão então será estendida por até 6 (seis) meses para que a empresa construa e inicie o funcionamento. Ao todo a empresa possui o prazo de 10(dez) meses para construir e funcionar, caso contrário, o município reintegrará a área pública e realizará a cessão para uma nova empresa.

3.4 Da Questão Fundiária

A criação de um distrito industrial ou empresarial público se dá pela desapropriação de área privada quando o município não dispõe de área no montante necessário que atenda ao seu projeto, como aconteceu em Aparecida.

A desapropriação é um procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou o delegatário autorizado, visa alcançar a transferência compulsória da propriedade de outrem, fundado em declaração de utilidade pública ou interesse social, mediante pagamento de indenização. (NOHARA, 2012. p. 720).

A desapropriação é procedimento de direito público que possui a fase declaratória, com a indicação da necessidade ou utilidade pública ou interesse social (direito fundamental constante do art. 5º, XXIV, da Constituição Federal) e a fase executória, que compreende a indenização e a transferência do bem ao domínio do expropriante (FIEP, 2014).

Rios (2012), em seu estudo sobre a questão fundiária urbana destacou a importância das políticas públicas com o objetivo de reduzir a desigualdade e a

pobreza, suprimindo a carência de uma população de baixa escolaridade e, destacou que, "outro campo de ação são os empreendimentos de economia solidária como os pólos de atividade econômicas, distritos, ou os núcleos industriais". (RIOS, 2012, p. 61)

Em Aparecida de Goiânia na perspectiva de se aumentar a geração de empregos e renda dos cidadãos, o município desapropriou por lei municipal áreas já loteadas e criou distritos industriais com o intuito de fomentar a economia regional, no entanto, a desapropriação não se concluiu com o justo pagamento aos antigos proprietários, mas os distritos se ergueram em suas áreas. A desapropriação, por lei, é um procedimento que acarreta a justa e prévia indenização em dinheiro, conforme previsão do artigo 5º, XXIV e 182, § 3º, ambos da Constituição Federal. Em Aparecida a indenização dos lotes desapropriados nunca aconteceu.

Além dos proprietários desapropriados, as empresas instaladas nos distritos possuem apenas o Termo de Cessão de Uso das áreas públicas e, não possuindo a propriedade da área ficam cerceados do direito de usufruir de benefícios e financiamentos estaduais e federais que exijam bens em garantia, a não ser que a empresa disponha de outros bens de sua propriedade. A ausência de titularidade da área, ou seja, do documento definitivo de propriedade do bem, gera insegurança jurídica principalmente em empresas de grande porte e multinacionais.

3.5 Da Infraestrutura

Na nova gestão dos distritos, uma das prioridades foi melhorar sua infraestrutura, para tanto, os empresários foram incentivados a formarem uma associação de empresários em cada distrito, para que as reivindicações fossem feitas de acordo com suas particularidades e necessidades. (SICTT, 2012)

O município auxiliou nas negociações com a companhia elétrica estadual e os empresários em conjunto conseguiram instalar energia elétrica em suas ruas, dividindo os custos. Anteriormente, cada empresa funcionava de uma forma diferente, ou "puxava" energia para si só, ou funcionava através de um gerador.

Uma parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada foi firmada para a realização da construção de galerias pluviais e asfalto, onde o município entrava com uma parte e os empresários custeavam outras. Nos três últimos anos, com exceção do Pólo de Reciclagem, mais de 85% das ruas dos distritos foram asfaltados ou estão em fase de conclusão deste benefício (SICTT, 2012).

A organização por parte das Associações permitiu uma melhor comunicação entre o município e os empresários; fortaleceu a parceria em prol de uma melhor estruturação dos distritos e facilitou a atração de novas e importantes empresas para Aparecida.

A infraestrutura é a parte mais gritante do município, que possui 288km², sendo que mais de 90% do município foi loteado e vendido sem nenhuma infraestrutura e ainda hoje, apenas pouco mais de 17% da população conta com rede de esgoto e menos de 60% com água encanada, sem falar no asfalto que recentemente atingiu 50% da população. Os pólos aqui analisados só receberam infraestrutura nos últimos anos, graças às parcerias realizadas entre a prefeitura e os empresários.(IBGE, 2013)

O fato de que o município é carente em vários pontos não impediu que um crescimento econômico pujante já que em 2008, existiam 590 indústrias em atuação no município de Aparecida, e em 2012 o número chegou a 1.822, representando um aumento de 1.232 novas indústrias instaladas¹². (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2013)

O município, com aproximadamente 500 mil habitantes, que contava a poucos anos atrás com apenas 3 agências bancárias, nos últimos anos abriu 22 novas agências como podemos verificar na Tabela 12;

Tabela 12 : Quantidade de Agências Bancárias através dos anos.

Agências Bancárias					
	2006	2007	2009	2011	2012
Total (número)	13	13	17	19	25
Caixa Econômica Federal (número)	2	2	2	2	4
Banco do Brasil S.A (número)	4	4	4	5	8
Banco Bradesco S.A (número)	2	2	3	4	8
Banco Itau S.A. (número)	5	5	6	6	7
Outras Agências Bancárias (número)			2	2	2
NOTA: Posições em: julho/2006; abril/2007; junho/2009; março/2011; agosto/2012.					

Fonte: Instituto Mauro Borges- IMB- 2014

¹² Numero de CNPJs registrados na Secretaria Municipal da Fazenda. (2012)

O PIB per capita do município quase que triplicou, reflexo do aumento de renda do aparecidense. O Sine municipal possui cerca de 800 vagas em aberto e nos últimos anos encaminhou mais 8000 pessoas para cursos de qualificação do governo federal e estadual (APARECIDA DE GOIANIA, 2012)

O município que não possuía nenhum curso técnico gratuito, agora possui várias escolas de capacitação como Sesi/Senai, Senai/Pró-vida e o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia-IFG que além dos cursos técnicos, possui um curso superior de engenharia civil. E por fim, a cidade irá receber uma unidade da Universidade Federal de Goiás-UFG, que já se encontra em fase de licitação da construção e que abrigará inicialmente todos os cursos de engenharia e fará seu primeiro vestibular em 2014 para o curso de Geologia. O município já conta com pólo da Universidade Estadual de Goiás-UEG e existe um enorme interesse por parte de várias universidades particulares. O que mostra uma grande evolução na questão de qualificação de mão de obra do município.

O PROCON realizou uma pesquisa no município que avaliou os serviços prestados à população e a qualidade do Desenvolvimento Humano do aparecidense e ainda servirá para determinar os próximos investimentos na cidade:

“[...]mostrou que 92,3% dos moradores de Aparecida de Goiânia não pretendem e/ou não têm intenção de mudar de cidade nos próximos anos. Ainda de acordo com o levantamento, 46,1% da população avaliou como ótimo os serviços prestados pela Prefeitura Municipal; 64% da população avaliou que a cidade melhorou no quesito Infraestrutura; e 62,3% declararam que a Educação foi o segmento que teve o melhor desempenho nos serviços prestados pela prefeitura. Para 73% dos moradores ouvidos, a Segurança Pública, que é de responsabilidade da administração estadual, foi o pior serviço público.” (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2013)

Recentemente, a revista Exame divulgou que Aparecida é o 4 ° município do país em crescimento do poder de consumo localizados em região metropolitana, ficando atrás apenas de Guarulhos, São Bernardo do Campo e Osasco; quando esta pesquisa se estende para todas as cidades do interior, o município fica em 5° lugar atrás apenas das três cidades anteriormente citadas e de Campinas-SP(REVISTA EXAME, 2012, p.32).

Verifica-se, portanto, que houve uma alteração do perfil do município de cidade-dormitório para cidade consumidora, e uma mudança de comportamento dos moradores, uma vez que começaram a gastar dentro do município, o que não acontecia anteriormente, já que as pessoas vinham a Aparecida apenas para dormir.

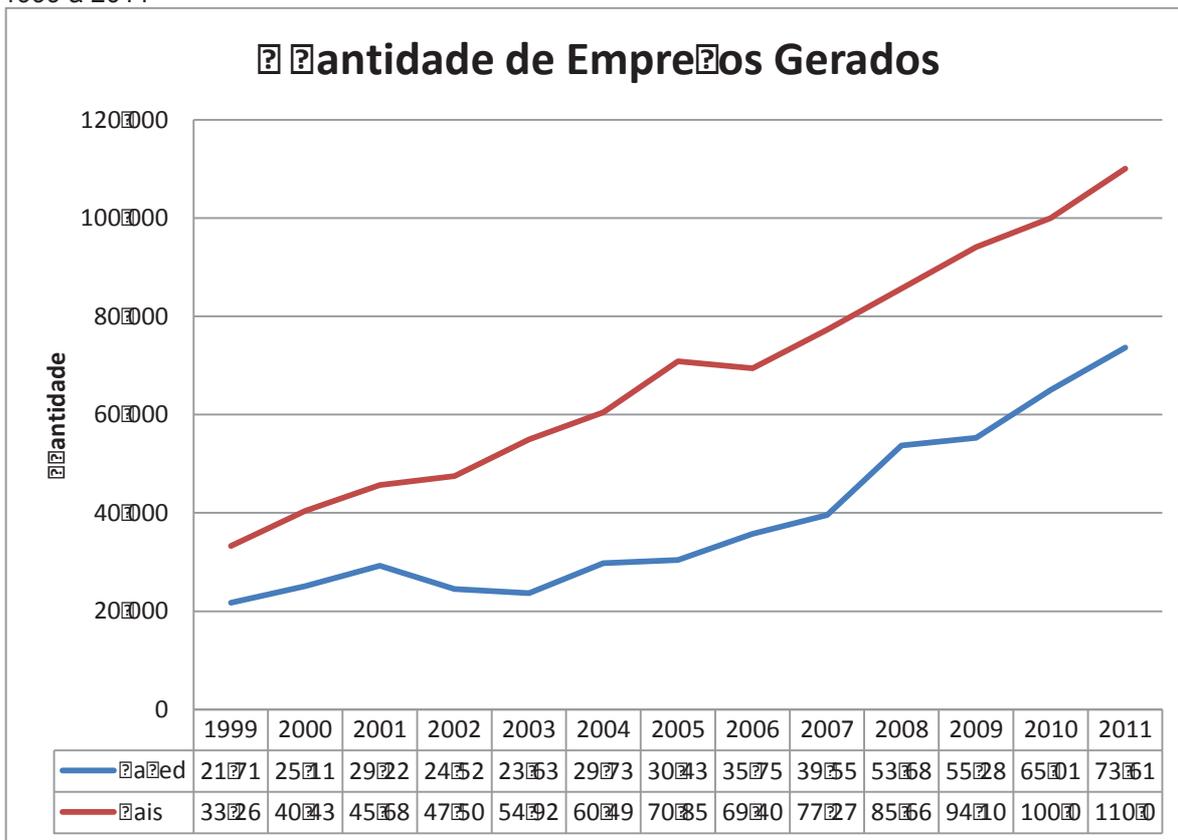
A formação dos distritos de Aparecida pode ser caracterizada como pólo de desenvolvimento de acordo com a afirmação de Souza:

“O pólo de desenvolvimento além da expansão quantitativa do produto e do emprego, mudanças estruturais na região em que está implantado, com o encadeamento de atividades e de áreas interligadas ao pólo principal. Quando o crescimento do pólo exerce efeitos líquidos positivos em sua área de influência, extrapolando suas ligações interindustriais, ao envolver atividades não ligadas tecnologicamente, como o setor de serviços, ele se transforma em pólo de desenvolvimento.”(SOUZA, 2009, pg. 69)

Segundo dados coletados pela própria Secretaria de Indústria e Comércio do município, a quantidade de empregos gerados nos últimos três anos superou em mais de 50% da última década. As aproximadamente 194 empresas que receberam áreas públicas em cessão, entre 2009 e 2011, geraram cerca de 11000 mil novos empregos.

O quadro 08 nos mostra a quantidade de empregos gerados em Aparecida nos últimos anos.

Grafico 08: Quantidade de empregos gerados no município de Aparecida de Goiânia no período de 1999 a 2011



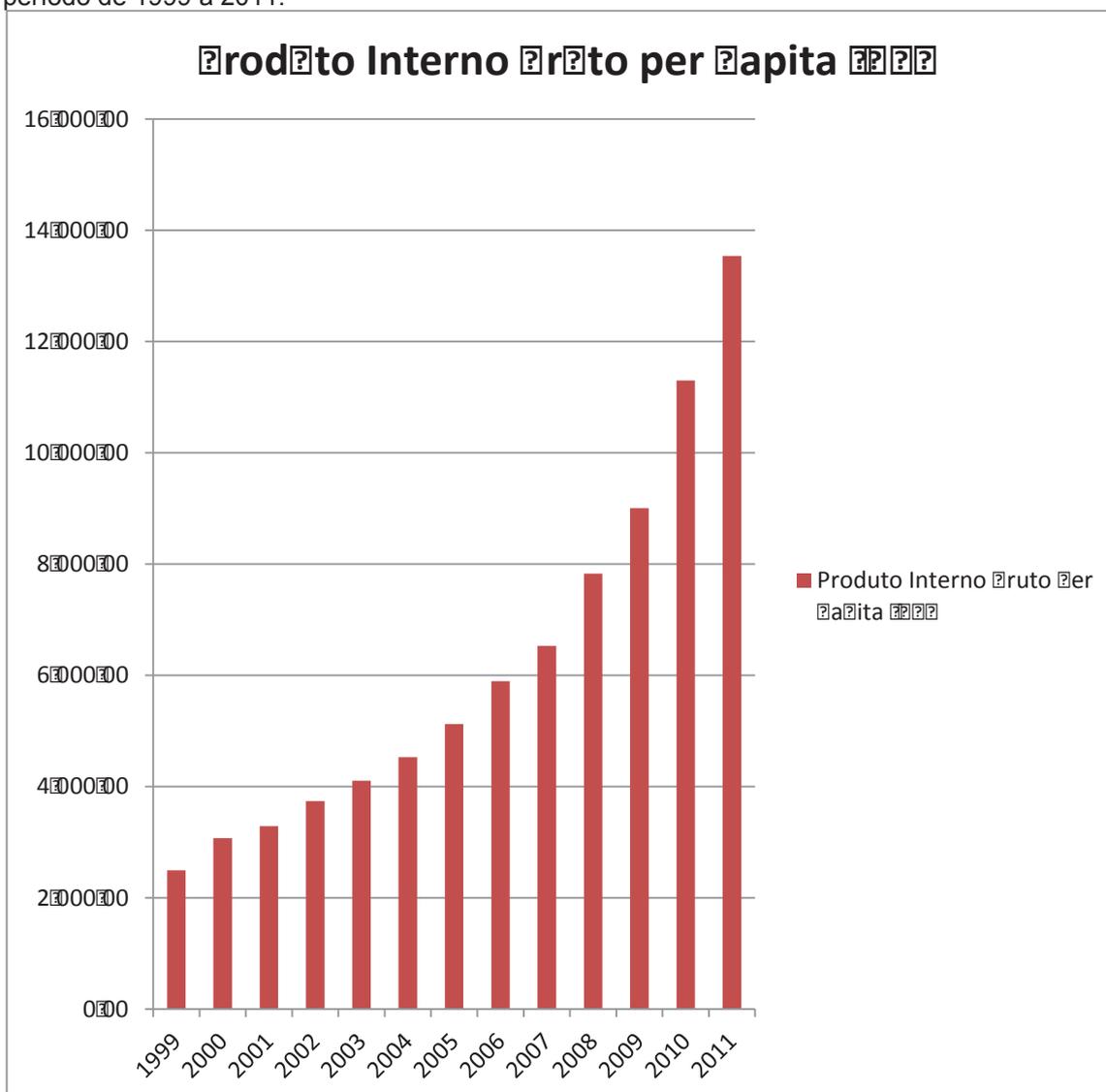
Fonte: Dados coletados no MTE/CAGED, 2012. Elaborado pela autora.

Um dado interessante que foi divulgado pela SEGPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, através do Instituto Mauro Borges(2012), foi que “o estado de Goiás obteve ganho de participação em pessoal ocupado, em 2009 tinha 197.211 pessoas ocupadas na atividade industrial, passando para 217.522 em 2010, o que representou 2,75% da indústria brasileira” (IMB, 2012), em relação ao restante do país.

Quanto ao PIB municipal, Aparecida de Goiânia está classificada em 4º lugar até 2009, quando foi realizada a última classificação pelo Governo Estadual, através do SEGPLAN. O município está em 2º lugar no setor de serviços do Estado, ficando atrás apenas da capital e participou com 6,9% do VA (Valor Adicionado) estadual de 2009.

O PIB per capita subiu de R\$ 3.069 no ano 2000 para R\$ 13.538 em 2011, como podemos observar a curva de crescimento no gráfico 9, que demonstra claramente a evolução do PIB per capita.

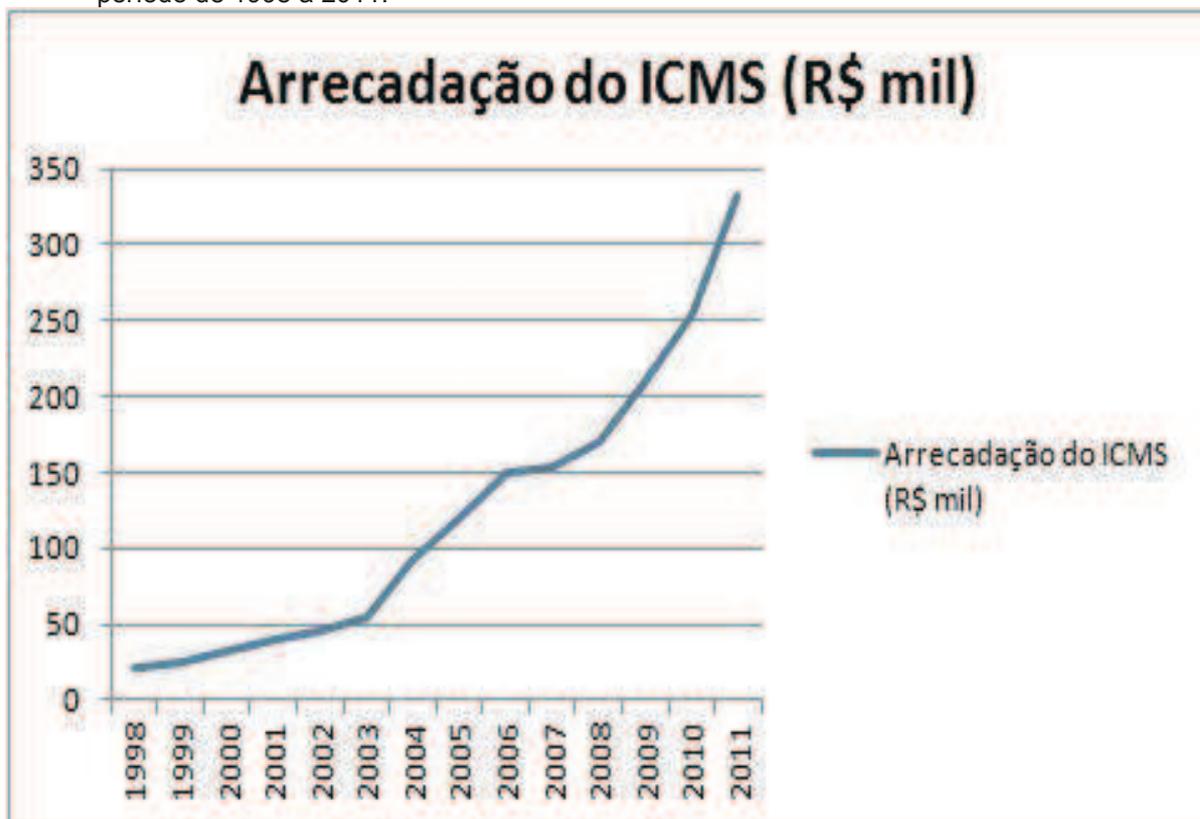
Grafico 9: Evolução do Produto Interno Bruto per Capita no município de Aparecida de Goiânia no período de 1999 a 2011.



Elaborado pela autora. Dados coletados no Instituto Mauro Borges, 2012.

A arrecadação de ICMS no município sofreu um salto após 2008 como mostra o gráfico 10. Entre 2003 e 2006 também houve um salto da arrecadação justificada pela entrada de grandes empresas no Pólo Empresarial Goiás, como indústrias de alimentos, fraldas descartáveis, confecções e construção civil. Prestadoras de Serviços também se aglomeraram nestes períodos e com isso podemos avaliar que mais uma vez, a política de cessão de áreas em distritos industriais alavancou arrecadação de tributos no município.

Gráfico 10: Evolução da arrecadação de ICMS do município de Aparecida de Goiânia no período de 1998 a 2011.



Elaborado pela autora. Dados coletados no Instituto Mauro Borges, 2012.

Outro dado relevante em Aparecida de Goiânia é referente à educação técnica e superior. O fato de um grande número de empresas terem se instalado em tão curto espaço de tempo, exigindo que a mão de obra fosse qualificada e acabou despertando o interesse na área educacional.

O município recentemente lançou uma incubadora de empresas que está em fase de seleção de empreendimentos a serem incubados, e é responsável pela coordenação do APL – Arranjo Produtivo Local de Cosméticos, já que possui em Aparecida, 90 das 105 empresas de cosméticos do Estado. (APARECIDA DE GOIANIA, 2013)

Um pólo tecnológico deverá ser implantado em breve e já está em fase de elaboração de projetos e estudo de viabilidade técnica, inclusive com financiamento aprovado pelo Senado Federal, com verba do Banco Andino (APARECIDA, 2012).

Ainda que, supostamente, uma administração responsável possa alavancar o desenvolvimento de um município, principalmente no que diz respeito a distritos industriais, o grande desafio de Aparecida hoje é escriturar as áreas públicas cedidas às empresas dos distritos municipais.

Estas corporações e empreendimentos, não sendo proprietárias das áreas, não podem obter financiamentos ou captar recursos, utilizando a área como garantia. Muitas vezes um investimento maior não é realizado ou investimentos em inovação não podem ser feitos, pela falta de documentação da área, que se por um lado tem o apoio do município e das associações dos distritos para escrituração das áreas, por outro lado choca-se com o fato de que os loteamentos não foram completamente indenizados e o município não possui capacidade financeira para fazê-lo, restando assim que as próprias empresas o façam, abdicando então do direito de recebê-lo da prefeitura.

3.6 Metodologia

A metodologia utilizada para a obtenção do trabalho em questão teve como subsídio básico, a pesquisa bibliográfica, que foi fundamental para alcançar o conteúdo que alicerça o tema discutido, anunciando conceitos e experiências, buscando os objetivos propostos, com evidência no estudo de caso, cujo cenário contempla os Distritos Industriais e Empresariais de Aparecida de Goiânia, no estado de Goiás, como opção de desenvolvimento.

Foram coletadas informações, através de instrumento de pesquisa, a respeito do comportamento econômico das empresas alocadas na cidade de Aparecida de Goiânia, mediante pesquisa exploratória, identificando-se os diversos motivos que as levaram a se instalar e permanecer nos Distritos Municipais estudados.

Utilizou-se de um instrumento de pesquisa que foi aplicado pela autora da presente Dissertação, acatando à definição da amostra trabalhada no âmbito de sua amplitude, tendo como universo a cidade de Aparecida de Goiânia, especificamente os 03 (três) distritos empresariais, tendo-se suas quadras percorridas e visitadas, dentro de um roteiro preestabelecido, visando à coleta de informações sobre os seus previsões e prognósticos, sobre sua evolução desde a escolha do município para sua instalação e seus motivos para ali continuarem, realizando a aplicação de questionário específico, concluído e aplicado com a participação plena do autor do trabalho em referência.

O questionário supracitado (anexo 2), ferramenta de fundamental importância para o registro das informações pesquisadas, apresenta um elenco de questionamentos, dentro da seguinte abordagem:

- 1) A situação das empresas dentro do distrito: se elas estão em implantação, construção, pleno funcionamento, funcionamento precário e outros. Constata-se que cerca de 75% das empresas estão em pleno funcionamento; 10% encontram-se em fase de implantação, ou seja, elaborando projetos de engenharia e registrando a empresa no município; 10 % estão com a empresa em construção; e, apenas 5% estão em funcionamento precário, ou seja, com poucos ou nenhum colaborador trabalhando e produção baixa.
- 2) Das empresas pesquisadas, cerca de 60% estão enquadradas como de médio porte; 30% são micro e pequenas empresas ou EPPs; 8% são de grande porte; e, 2% das empresas não responderam.
- 3) Quanto a quantidade de empregos gerados, percebe-se que entre 2009 e 2011 houve um aumento de 15% de contratação de colaboradores dentro dos distritos e nos anos subsequentes esse percentual foi de 10%.
- 4) A renda média do trabalhador dos distritos industriais de Aparecida em 2009 e 2011 apurada na pesquisa, ficou um pouco abaixo da média salarial apurada nestes anos pela Relação Anual de Informações Social – RAIS conforme podemos verificar na comparação a seguir:

	2009	2011
RAIS	914,39	1.121,79
Pesquisa	872,35	1.104,90

- 5) Sobre o que levou a empresa a se instalar em Aparecida de Goiânia as respostas mais comuns foram a localização geográfica estratégica, proximidade de Goiânia, Imposto sobre Serviços - ISS mais barato que a

capital¹³, mão de obra abundante e por último, área cedida gratuitamente, o que respondeu também a terceira pergunta.

- 6) Na segunda pergunta verificou-se que pelo menos 66% das empresas não utiliza de nenhum benefício fiscal e as poucas que utilizam, fizeram uso do benefício concedido pela Lei Municipal 2.080-A/2000, que cria o programa de Incentivos Fiscais e a Lei Municipal nº 2.421-A/2003 que estabelece a alíquota do ISS.

- 7) A maior desvantagem encontrada nos distritos municipais foi a questão fundiária seguida pela falta de infraestrutura ou infraestrutura precária, principalmente na questão da energia elétrica, que parece não atender a necessidade das empresas que alegam instabilidade na sua transmissão. A questão fundiária atinge a empresa no momento em que ela vai se implantar e no momento em que vai expandir, ou seja, no momento em que necessita buscar capital a área não serve de garantia o que impede financiamentos e subvenções.

¹³ O Imposto sobre Serviços de Goiânia gira em torno de 5% enquanto o de Aparecida de Goiânia fica entre 2% e 3%.

CONCLUSÃO

Não há estudos científicos sobre os distritos industriais deste município ou sobre o seu desenvolvimento, tanto na academia e na administração municipal, pois o próprio sistema de informação do município era muito precário e apesar da recente informatização, ainda não se consegue traçar um estudo geral sobre sua situação. Este trabalho se apresenta como pioneiro e espera-se que esta pesquisa possa estimular, quem sabe, maiores estudos sobre o município.

A pesquisa que orientou a elaboração desta dissertação, de um lado conseguiu levantar dados e informações até então desconhecida até mesmo pela administração municipal e, de outro, possibilitou entender que a ausência de uma melhor administração das áreas públicas, planejamento e estudos prioritários são essenciais para o desenvolvimento dos distritos, para a manutenção de sua infraestrutura e um maior aproveitamento do espaço público.

Os problemas e as hipóteses formuladas no início deste trabalho em parte se confirmaram e em outras partes surpreenderam como podemos verificar.

As criações de distritos municipais cooperaram para desenvolvimento do município como pode ser verificado através dos números que avaliaram a geração de empregos no município e arrecadação municipal. A evolução do número de agências bancárias nos últimos anos demonstra o crescimento econômico de Aparecida. A necessidade de mão de obra qualificada aguçou o interesse de instituições de ensino, principalmente superior. Em contramão a estes pontos positivos e à atrativa de mão de obra aparecidense, abundante e barata, foi demonstrada uma renda média, dentro dos distritos, abaixo da média municipal.

O argumento de que a área é cedida gratuitamente às empresas, era a hipótese mais afável para a atração de empresas, já que iniciar suas atividades com um custo menor, parece um bom negócio, mas a questão fundiária é um problema grave que é um dos grandes impedimentos para que as grandes empresas, sobretudo as de recortes multinacionais, se instalem em Aparecida de Goiânia.

O Município e seus gestores não se preocuparam em proceder a estudos para a criação dos distritos, nem mesmo em entregar áreas regularizadas às empresas e sequer trataram com justiça os antigos proprietários das áreas desapropriadas. Ao que parece ainda hoje, estas questões não são prioridades e parecem ser tratadas

mais como decisões políticas, do que decisões que visem o real desenvolvimento do município e das aglomerações empresariais.

Os benefícios fiscais do município se restringem ao desconto no ISS e a questão fundiária das áreas impede que as empresas obtenham benefícios e financiamentos estaduais e federais, pois a empresa não pode dar a área pública como garantia, por isso, muitas vezes a empresa considera melhor e mais viável pagar pela área em outro local e poder ter segurança jurídica, benefícios e financiamentos.

Por último, mas não menos importante, a localização geográfica privilegiada, aliada ao fato do município se encontrar dentro da Região Metropolitana, dispondo de mão de obra abundante é o grande atrativo do município de Aparecida de Goiânia que apresenta um crescimento econômico acelerado e vem despertando o interesse na criação de outros distritos municipais, estaduais e inclusive privado.

Existem projetos de criação de mais 07 distritos industriais no município, inclusive alguns com projetos já aprovados pelo município, outros com o loteamento já aprovado por lei, outros em fase de implantação.

O Estado de Goiás avança na implantação do Complexo Industrial Metropolitano, que ficará próximo ao DAIAG e ao Centro Penitenciário do Estado possibilitando a implantação de aproximadamente 54 empresas de grande e médio porte.

Os empreendimentos privados que já estão em fase de aprovação tem destinação específica, e visam criar um ambiente de aglomeração e são: o Distrito Logístico All Park, localizado próximo ao Parque Industrial Vice Presidente José de Alencar, o Distrito Industrial Multiplex, localizado próximo ao DAIAG e DIMAG, e o Pólo Aeronáutico, que deverá abrigar empresas do ramo aeroportuário próximo ao novo Aeroporto Executivo.

O município discute o projeto de criação de mais três distritos municipais, o Pólo Tecnológico AparecidaTec, próximo ao Pólo Empresarial Goiás; o Pólo Municipal Logístico, que será localizado próximo à UFG e ao Aeroporto Executivo; e, o Pólo de Micro e Pequenas empresas que deverá atender uma área mais populosa do município, como a Região do Setor Garavelo, no oeste de Aparecida.

Mas a administração municipal poderá incorrer nos mesmos desacertos se insistir na cessão das áreas e não na comercialização destas áreas.

O Pólo Tecnológico, por exemplo, abrigará empresas de base tecnológica que trabalham a inovação e possuem disponíveis diversas linhas de financiamentos e subvenção no Governo Federal e em instituições financeiras privadas, que poderão ser prejudicados pela falta de titularidade das áreas.

A questão fundiária e a falta de titularidade das áreas localizadas em distritos municipais continuarão sendo um empecilho ao desenvolvimento do município, que não deixará de crescer economicamente, mas crescerá lentamente. Seria então, o momento da administração municipal estudar o real conceito de clusters e aglomeração, respeitando a reunião de empresas de atividades correlatas nos novos distritos e, reavaliar se o formato de cessão de áreas é uma opção melhor, ainda que a municipalidade perca um pouco do “poder” sobre a titularidade das áreas, o ganho econômico para o município poderia surpreender.

REFERÊNCIAS

ALTENBURG, Tilman. MEYER-STAME, Jörg. How to promote clusters: policy experiences from latin américa. Elsevier Science Ltd, 1999: v.27, n.9. Pp 1693-1713.

APARECIDA DE GOIÂNIA. Aparecida. A cidade se transforma e a vida melhora. Disponível em: <http://www.aparecida.go.gov.br/documentos/sicct/Portifolio.pdf>. Acesso em 21 jan 2012.

_____. Lei Municipal 1.258/93. Declara de utilidade pública e desapropria áreas para fins industriais. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010

_____. Lei Municipal 1.470/95. Cria o Distrito Industrial Municipal de Aparecida de Goiânia. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010

_____. Lei Municipal nº 1.623, de 13 de junho de 1997. Declara de utilidade pública e desapropria áreas para fins industriais. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010

_____. Lei Municipal nº 1.624, de 13 de junho de 1997. Cria o Pólo Empresarial Goiás. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010

_____. Lei Municipal nº 2.472, de 09 de julho de 2004. Declara de utilidade pública e desapropria áreas para fins industriais. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010

_____. Lei Municipal nº 2.473, de 09 de julho de 2004. Cria o Pólo de Reciclagem de Aparecida e o Parque Industrial Aparecida. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010

_____. Lei Municipal nº 2080-A, de 14 de abril de 2000. Cria o Programa Municipal de Incentivos Fiscais, para o Município de Aparecida de Goiânia e adota outras providências. Retirada cópia na Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia. Maio 2010.

_____. Lei Municipal nº 2.421-A de 31 de dezembro de 2003. Estabelece a alíquota do ISSQN –Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, para a concessão de incentivos fiscais.

_____. Senado aprova por unanimidade financiamento do Banco Andino para Aparecida. <http://aparecida.go.gov.br/site/?page=noticias&id=3515>. Acesso em 03 de julho de 2012.

_____. 26 novas empresas recebem concessão de área para atuar em Aparecida disponível em: <http://www.aparecida.go.gov.br/noticias.php?id=874>. Acesso em: 11 novembro 2013

_____. 92,3% dos aparecidenses querem continuar morando em Aparecida, revela Procon. Disponível em: <http://www.aparecida.go.gov.br/noticias.php?id=508>. Acesso em: 06 jul 2013.

_____. Aparecida recebe 1ª agência do Sebrae e sede da incubadora 3D. Disponível em: <http://www.aparecida.go.gov.br/noticias.php?id=570>. Acesso em: 12 ago 2013

_____. Industrialização de Aparecida chama atenção de prefeitura mineira. Disponível em: <http://www.aparecida.go.gov.br/noticias.php?id=175>. Acesso em: 16 jan 2013.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE ANÁPOLIS - ACIA. Disponível em: <http://www.aciaanapolis.com.br/pagina.php?acao=pagina&id=17>. Acesso em 12 jan 2014.

BECATTINI, Giacomo. Distritos Industriais na Itália. In: URANI, André, COCCO, Giuseppe, GALVÃO, Alexander Patez (Org.). Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. 1994 (1992) O Distrito Marshalliano. In: As Regiões Ganhadoras -Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Econômica, trad. António Gonçalves. Oeiras: Celta Editora, pp. 19-31.

BUARQUE, C. Avaliação Econômica de Projetos. 13ª tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

Conselho Federal de Economia – CONFECON. O Distrito Federal e o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia Em 2030 Projeções Demográficas e Econômicas para a Região. Série Estudos das Desigualdades Regionais. Brasília. 2012

CAMPOS, F. Itami. *Ciência Política: Introdução à Teoria do Estado*. Goiânia. Editora Vieira. 2009.

CARDOSO, Fernanda Graziella. *A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade*. Tese (Doutorado) – São Paulo, FEA-USP, 2012.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. Aglomerações Cadeias e Sistemas Produtivos de inovações. *Revista Brasileira de Competitividade*. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, abr/jun, 2001.

_____. 2005), Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. SEBRAE. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>> Acesso em: 15 maio 2013

CASSIOLATO, José Eduardo. LASTRES, Helena M. SZAPIRO, Marina et al. Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2002.

CATALÃO PREFEITURA MUNICIPAL. Disponível em: <http://www.catalao.go.gov.br/noticias/2014/02/07/prefeitura-doa-terreno-de-70-mil-metros%C2%B2-para-constru%C3%A7%C3%A3o-do-instituto-federal-goiano/> Acesso em 14 fev 2014.

COREDES REGIÃO CENTRAL – Conselho Regional De Desenvolvimento Sustentável - Plano Regional De Desenvolvimento Sustentável – Região Central. *Campo Grande/MS SEPLANCT*, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. 6ª. ed. São Paulo: Edusp. 1999.

ESTEVAM, Luis. *O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás*. Ed. do autor, 1998.

HIRSCHMAN, Albert O. *Stratégie du développement économique*. Paris: Ed. Ouvrières, 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Banco de Dados: Cidades@. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 24 mai. 2012.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - IMB. Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/Def_perfil_bde.aso>. Acesso em: 12 abr. 2012.

_____. Estado de Goiás. Disponível em:<<http://www.imb.go.gov.br/>> acesso em 21 mar 2013.

_____. Goiás-Visão geral. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/goias.asp?id_cad=6000. Acesso em 15 jun 2013.

_____. A ocupação no setor industrial Goiano, em 2010, cresceu 10,3%. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewrele.asp?cd_assunto=8&cd_anomes=201207>. Acesso em: 01 jul. 2012.

FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ -FIEPR. Guia Técnico Para Implantação De Distritos Industriais. Disponível em: http://www.fiepr.org.br/uploadAddress/Guia_Tecnico_para_Implantacao_de_Distritos_Industriais_12_09_2013%5B45625%5D.pdf. Acesso em 12 jan 2014.

FERREIRA, Mario Cesar Perfetti Jansen. Distritos Industriais: Opção de Desenvolvimento, Campinas: Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas / SP, 2003, 130 p., Dissertação de Mestrado.

FIGUEIREDO NETO, Leonardo Francisco; RODRIGUES, Fábio da Silva; REINERT, José Nilson. *Caracterização dos Aglomerados Agroindustriais de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. UFMS, 2008

GOIASINDUSTRIAL. Disponível em: <http://www.goiasindustrial.com.br/distritosindustriais/>. Acesso em 14 fev 2014

HADDAD, Marcos Bittar. Eixo Goiânia – Anápolis – Brasília : estruturação, interrupção e retomada das políticas públicas. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica - GO – 2011.

HADDAD, R. Paulo. Clusters e desenvolvimento regional no Brasil, CLUSTER, Revista Brasileira de Competitividade. Instituto Metas. Belo Horizonte, ano 1, n. 2, agosto/novembro 2001.

HIRSCHMAN, A. O. *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro Fundo da Cultura. 1961. Edição original de 1958.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

LOPES, A. S.; **Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos**. 5ª edição. Fundação Caouste Gulbenkian: Lisboa, Portugal, 2006.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas) 1996.

_____. (1890) **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, v. I, 1982.

MARSHALL, A. and MARSHALL, M. P. (1881), *The Economics of Industry*, London, Macmillan, 2nd ed. (first ed. 1879).

MELO, Altair Acelon. CASAROTTO, Nelson Filho. *Cluster e a importância das pequenas emédias empresa: a variante italiana*. Eng. Sistema e Produção: UFSC, 2000.

MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em 15 fev 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Perfil do Município. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>>. Acesso em: 02 jun. 2012.

MOREIRA NETO, A., GOMES G.M. *Texto Para Discussão No 712. Quatro Décadas de Crescimento Econômico no Centro-Oeste Brasileiro: Recursos Públicos em Ação*. IPEADATA. Brasília, março de 2000.

MOYSÉS, A. *Goiânia: Metrópole não planejada*. Goiânia: Editora da UCG, 2004. v. 520. 420p .

MYRDAL, G. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Editora Saga, R. J. (1972)

NOHARA, Irene Patrícia. *Direito Administrativo*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 720.

PERROUX, F. Nota sobre o conceito de pólo de crescimento. In: PERROUX, F. et al. *A Planificação e os Pólos de Crescimento*. Porto: Edições Rés, 1995.

_____. O conceito de Pólos de Crescimento. In: SCHARTZAMAN, Jaques. *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. p. 145-156.

_____. *A economia do século XX*. Trad. José L. Freitas. Lisboa: Moraes, 1967.

PIRES, M. J. de S. Estrutura e dinâmica industrial: um estudo da região Centro-Sul do estado de Goiás. *Conjuntura Econômica Goiana*, Goiânia, n.12. Seplan-GO, p. 54-66, dez. 2009. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 10 jan 2013.

PORTER, Michael E. *Competição = On Competition: estratégias competitivas essenciais*. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002, p.203-285.

PYKE, F. BECATTINI, G. SENGENBERGER, W. *Industrial districts and interfirm cooperation in Italy*. Genebra: International Institute for Labour Studies, 1990.

REVISTA EXAME. O novo mapa do Consumo. Editora Abril. Edição 1022. 22 ago 2012.

REVISTA HOJE. Aparecida de Goiânia: Um Município em pleno desenvolvimento social, tecnológico e econômico, *Revista Hoje*, ano 5, edição 53, p. 28-31 de 2011.

RIOS, Arthur. *Regularização Fundiária e Urbana*. Juruá Editora. Curitiba. 2012.

SANTOS, Domingos (2002a). O modelo da causalidade circular e cumulativa e o modelo centro periferia. In: COSTA, Jose Silva. (Coord) *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: APDR, 2002. P. 189-200

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE GOIÁS – SECTEC. Disponível em: <<http://www.sectec.go.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS - SEGPLAN. SEPIN. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/index.asp>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE INDUSTRIA, COMERCIO, MINAS E ENERGIA-SICME. <<http://www.sicme.mt.gov.br/html/internas.php?tabela=paginas&codigoPagina=126>>. Acesso em: 10 fev 2014.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TRABALHO E TECNOLOGIA DE APARECIDA DE GOIÂNIA - SICTT. *Pesquisa de Atualização de Dados 2012*. Goiás. 2012.

_____. *Listagens das empresas localizadas nos distritos*. Goiás. 2012.

SISTEMA GOIANO DE INOVAÇÃO - SIGO – Programa Goiano de Parques Tecnológico. Disponível em: <http://www.sigo.go.gov.br/post/ver/110397/programa-goiano-de-parques-tecnologicos-pgtec>. Acesso em 22 jun 2013.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Regional. São Paulo. Atlas, 2009.

WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1982.

c) Ficam vinculados às normas constantes da Lei de Criação do Pólo, deste Termo de Cessão, regulamentos e demais leis municipais, todos os herdeiros e ou sucessores a qualquer título do Cessionário:

CLÁUSULA SEGUNDA: O CESSIONÁRIO se compromete a cumprir integralmente a proposta apresentada ao Município, quando do requerimento da área, aplicando os recursos financeiros, conforme Planilha de Viabilidade Sócio Econômica para Instalação de Empreendimento e o Projeto de Engenharia deverá ser executado segundo as normas regidas pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e a Secretaria de Regulação deste Município.

Parágrafo Único: Fica a cargo do cessionário a responsabilidade pela totalidade do pagamento do ITU/IPTU da área (atrasados e futuros) e da infra - estrutura (asfalto, galeria e meio fio) realizada pelo poder público, ou a execução à sua expensa, mediante fiscalização do Município, na área compreendida ao Pólo Empresarial Goiás. O ônus gerado a cada cessionário será proporcional, calculado entre o custo total da obra dividido por metros quadrados de seu alcance e este resultado será multiplicado pelos metros quadrados de cada área cedida.

CLÁUSULA TERCEIRA: É dado o prazo IMPROPRORROGÁVEL DE 04(quatro) MESES a contar da assinatura deste instrumento, para que o cessionário construa e funcione no local, obedecendo na integridade o cronograma de ocupação pré-fixado, que faz parte integrante e complementar deste, sob pena de rescisão da presente Cessão, independente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUARTA: O CESSIONÁRIO se compromete a construir os passeios externos da área e sua urbanização, no molde estabelecido pela Lei Municipal que regulamenta a postura e edificações municipais, bem como, proteger o meio ambiente em todos os seus desdobramentos.

CLÁUSULA QUINTA: O presente Termo de Cessão vigorará por 15 (quinze) anos, em favor do Cessionário que cumprir todos os termos aqui estabelecidos. Decorrido este período poderá ser expedido ao Cessionário o documento definitivo de propriedade do bem, ficando, entretanto, vinculado o uso exclusivo para fins industriais e sua transferência, a qualquer título, fica resguardado ao Município o direito de preferência.

CLÁUSULA SEXTA: O CESSIONÁRIO se compromete a dar preferência aos trabalhadores do Município de Aparecida de Goiânia e a emplacar sua frota de veículos neste município, visando a erradicação da pobreza das famílias aparecidenses e colaborando na melhoria da infra-estrutura da cidade.

CLÁUSULA SÉTIMA: O CESSIONÁRIO, durante a vigência deste termo é senhor e possuidor dos bens incorporados à área cedida, deles podendo dispor dentro das normas do Código Civil e Comercial vigente.

CLÁUSULA OITAVA: O presente Termo de Cessão de Uso e Posse poderá a qualquer época, ser, pelas partes, rescindido, havendo o descumprimento de qualquer das condições impostas nas cláusulas deste instrumento, ou se assim o interesse público o exigir, sem que com isto, caiba qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA NONA: Fica eleito o foro da Comarca de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, para dirimir qualquer dúvida porventura advinda da presente Cessão.

Assim, estando as partes de acordo, assinam a presente em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Aparecida de Goiânia, XX de XXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
Cessionário

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
Secretário Municipal

TESTEMUNHAS:

ANEXO 2

Secretaria da Indústria e Comércio de Aparecida de Goiânia									
Atualização de Dados 2012									
Razão Social									
Endereço									
Regime Trib. Fed.	Regime Trib. Est.		Inscrição Municipal						
A empresa está em fase de :		<input type="checkbox"/> Implantação <input type="checkbox"/> Construção <input type="checkbox"/> Pleno Funcionamento <input type="checkbox"/> Funcionamento Precário <input type="checkbox"/> Outros:			Porte da Empresa: <input type="checkbox"/> ME ou EPP <input type="checkbox"/> Médio Porte <input type="checkbox"/> Grande Porte <input type="checkbox"/> Multinacional				
CNPJ				Capital Social					
Diretores (Cargo e Nome)			Telefone		e-mail				
Objetivo / Atividade do Empreendimento									
Realização Impostos	2009	2010	2011		2012	2013	2014		
ICMS									
ISSQN									
FATURAMENTO									
IPVA									
Investimentos Realizados e a Realizar									
Obras Civas (R\$)					Equipamentos (R\$)				
Veículos (R\$)					Nº de Veic. Emplacados Aparecida				
Mapeamento de Mão de Obra									
Realização (RE FGTS)	2009	2010	2011		2012	2013	2014		
Nº de Colaboradores									
Média Salarial da Empresa									
Não Preencher									
Capital Social / Área (R\$ 1.000 / m2)					Não Preencher		Previsão de Créditos Mês		
Impostos Realizados / Área (R\$ 1.000/m2)							FGTS		
Impostos Previstos / Área (R\$ 1.000/m2)							Impostos		
Investimentos / Área (R\$ 1.000/m2)							Total		
Veículos IPVA/ Área (R\$ 1.000 m2)							R\$ área		
Mão de obra / Área (R\$ 1.000/m2)							Aprop. M2		
Índice de Aproveitamento									

Nome / Cargo

Perguntas Abertas:

O que trouxe sua empresa para Aparecida de Goiânia:

Quais os benefícios fiscais você utiliza a partir da instalação da empresa em Aparecida de Goiânia:

Quais as vantagens da empresa já instalada nos distritos municipais de Aparecida de Goiânia:

Quais as desvantagens da empresa já instalada nos distritos municipais de Aparecida de Goiânia:
